

Lula repudia abandono “desumano”

PF vai investigar se houve genocídio no caso dos Yanomami

570 crianças morreram por causas evitáveis nos 4 anos do “mito”

O Ministério da Saúde decretou estado de emergência para enfrentar a tragédia humanitária que atinge os Yanomami. “É desumano o que eu vi aqui. Sinceramente, se o presidente que deixou a Presidência esses dias em vez de fazer tanta motociata tivesse

vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não tivesse tão abandonado como está”, afirmou o presidente Lula, ao visitar a região, em Roraima. Para o ministro da Justiça, Flávio Dino, “há fortes indícios de crime de genocídio” diante dos “sofrimentos criminosos impostos aos Yanomami”. **Págs. 3 e 4**



Ministério da Saúde

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.890 25 a 31 de Janeiro de 2023

Bolsonaro diz que sofrimento dos Yanomami é encenação

Foragido em Miami, ele quebrou o silêncio para falar uma barbaridade. Em vídeo

gravado, disse que as imagens mostrando o flagelo que atinge os Yanomami eram

uma “farsa da esquerda”. Foi como uma confissão de que os 21 pedidos de socorro desses

indígenas feitos durante a sua gestão foram ignorados de forma criminosa. **Página 3**



Roberto Hilário ACS-CNPq



Inadimplência das famílias explode em 2022 com juros altos e inflação

Ricardo Stuckert - ABR

“Nossa ciência sobreviveu ao negacionismo”, diz Galvão ao assumir CNPq

O cientista Ricardo Galvão foi anunciado pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, como o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A cerimônia teve a presença na mesa de Mercedes Bustamante, presidente da Capes, e Evaldo Ferreira Vilela, ex-presidente do CNPq. **Pág. 4**



Presidente se reúne com o novo comandante do Exército: “desejo um bom trabalho ao general”

O presidente Lula se reuniu com o novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, e lhe desejou “um bom trabalho”. O ministro da Defesa, José Múcio, também participou do encontro. Um registro da

conversa entre Lula e Paiva foi publicado pelo presidente em suas redes sociais. O comandante anterior, general Júlio César de Arruda, foi exonerado depois de discussões sobre as prisões dos terroristas em Brasília e de recusa em demitir o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro envolvido em um esquema de Caixa 2 no Palácio do Planalto. A resistência à demissão de Cid foi o estopim da exoneração do ex-comandante. **Página 3**

gravado, disse que as imagens mostrando o flagelo que atinge os Yanomami eram uma “farsa da esquerda”. Foi como uma confissão de que os 21 pedidos de socorro desses indígenas feitos durante a sua gestão foram ignorados de forma criminosa. **Página 3**

O endividamento bateu recorde em 2022, segundo dados da pesquisa da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC). No país, 77,9% das famílias estão endividadadas, a maior proporção desde o início da série histórica do levantamento, iniciado em 2011.

“Programas de renegociação de endividamento como os que estão sendo anunciados são fundamentais e estancam as angústias das pessoas e famílias. Mas em termos estruturais, o que vai resolver esse problema é uma taxa de juros mais baixa”, aponta a CNC. **Página 2**

“É pequenez da Fazenda querer manter o mínimo em R\$ 1.302, afirma Adilson Araújo, da CTB

A PEC da Transição reservou R\$ 1.320. As centrais sindicais propuseram R\$ 1.340. “Sabemos pela imprensa que não há acordo ainda entre a presidência e a Fazenda. Parece-me uma pe-

quenez do Ministério da Fazenda se fixar nos R\$ 1.302”, disse o presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, em entrevista ao HP. **Página 5**

Dois milhões de franceses saem às ruas para dizer não ao ataque de Macron contra a Previdência

Dois milhões de manifestantes foram às ruas da França na quinta-feira (19) para repelir a famigerada “reforma da previdência” do presidente



Emmanuel Macron e, em especial, o aumento da idade mínima para aposentadoria em mais

dois anos. “Uma maré humana contra uma política regressiva”, assinalou o jornal Le Monde. **P. 7**

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Brasil e Argentina vão depender menos do dólar

Número de famílias com contas atrasadas bateu recorde em 2022



Inadimplência explodiu no país com inflação, juros altos e renda em queda

Para Lula, é uma bobagem autonomia do BC com inflação e juros nas alturas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou a autonomia do Banco Central (BC) e voltou a defender que os recursos direcionados para a melhoria da condição de vida da população, principalmente, dos mais pobres, não são gastos, mas “investimentos”.

“Eu posso te dizer com a minha experiência: é uma bobagem achar que o presidente de um BC independente vai fazer mais do que fez o BC quando o presidente da República era quem indicava”, disse Lula, em entrevista à GloboNews na quarta-feira (18).

“Eu duvido que esse presidente do Banco Central [Roberto Campos Neto] seja mais independente do que foi o Henrique Meirelles. Duvido. Porque o banco independente da inflação estar do jeito que está e os juros do jeito que estão. Veja, você estabeleceu uma meta de inflação de 3,7%, quando você faz isso, você é obrigado a arrochar mais a economia para poder atingir aqueles 3,7%. Por que precisa fazer 3,7%? Por que não fa-

zer 4,5%, como nós fizemos?”, questionou o presidente.

“O que nós precisamos, nesse instante, é o seguinte: a economia brasileira precisa voltar a crescer, e nós precisamos fazer distribuição de renda, nós precisamos fazer mais política social. Se você pegar todos os dados econômicos, você vai ver que durante a pandemia, quem era rico ficou mais rico, os poderosos ficaram muito mais ricos, e o povo ficou mais pobre. Então, eu fico irritado às vezes quando se discute muito, qualquer problema se discute estabilidade, estabilidade, estabilidade fiscal. Ninguém, ninguém foi mais responsável do ponto de vista fiscal do que eu fui”.

Sobre a insana perseguição pela estabilidade fiscal – que na verdade só tem servido de pretexto para garantir os ganhos bilionários dos banidos via juros da dívida pública, por meio de cortes de investimento de áreas como Saúde, Educação, Segurança e investimento sociais, Lula afirmou: “não peçam para mim seriedade fiscal. O que eu quero é que as pessoas que pedem estabilidade fiscal tenham responsabilidade social. Assumam compromisso com o social, porque não é possível esse país ter gente na fila do osso para pegar carne, ter 30%

de pessoas passando fome”.

O presidente declarou, também, que “nós precisamos discutir, fazer a política fiscal que ela possa ser seguida. A gente tem que dar garantia para a sociedade brasileira de que a gente não vai gastar mais do que a gente ganha. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que mudar o discurso. A gente não pode dizer que o dinheiro para educação é gasto. Nós temos que dizer que é investimento. O dinheiro para saúde não é gasto, o dinheiro para saúde é investimento”.

“O dinheiro que você cuida das pessoas para melhorar a vida delas não pode ser tido como gasto. Gasto é o dinheiro jogado fora”, ressaltou. “Vamos pegar o seguinte: venderam a Eletrobrás. Arrecadaram R\$ 36 bilhões, e alugaram o gasoduto [da Transportadora Associada de Gás (TAG), que pertencia à Petrobrás] pagando R\$ 3 bilhões por ano. A pergunta que eu faço é a seguinte: o que é que foi feito com esses 36 bilhões? Sabe o que foi? Pagamento da dívida”, lembrou Lula. “Eu vou fazer uma estrada, é gasto; eu vou fazer uma ponte, é gasto; eu vou fazer uma ferrovia, é gasto. Agora, a única coisa que não é gasto é pagar quase R\$ 600 bilhões de juros todo ano nesse país”, criticou.

Ciência e Tecnologia terá as verbas que foram vetadas por Bolsonaro, diz ministra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve que vetar, nesta semana (17), R\$ 4,2 bilhões previstos no Orçamento de 2023, para pesquisas em universidades por conta de uma Medida Provisória (MP) 1.136/2022, editada em agosto por Bolsonaro, que estabeleceu um teto para a verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

No entanto, estes recursos voltarão para as mãos dos pesquisadores a partir do próximo mês, já que o atual governo irá deixar caducar a MP, o que garantirá a recomposição integral das verbas do FNDCT.

A “MP 1.136/2022, que estabeleceu limites à aplicação do FNDCT, perderá validade no dia 5 de fevereiro, o que permitirá o encaminhamento da demanda de recomposição. Com isso, o valor estimado para o fundo será de R\$ 9,96 bilhões ainda em 2023”, diz a nota do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação divulgada na terça-feira (17), dirigido pela ministra Luciana Santos.

O FNDCT é o principal fundo de financiamento de ciência e tecnologia do país. Bolsonaro, na última semana de agosto do ano passado, havia editado esta MP que previa a manutenção do bloqueio dos recursos do FNDCT até 2027.

Ele editou esta medida junto com outra MP que adiou o pagamento dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional para a área de Cultura através das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, garantindo a abertura



Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos

de “espaço fiscal” para que o governo pudesse liberar o pagamento das emendas do “orçamento secreto” antes das eleições.

Segundo cálculos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por efeito da MP, o FNDCT teria um corte de 42% em seu orçamento neste ano.

Na reunião entre os reitores de universidades e institutos federais com o presidente Lula, no Palácio do Planalto na última quinta-feira (19), a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos (PCdoB), reafirmou o compromisso do governo de assegurar a destinação de recursos públicos para o financiamento da

“Programas de renegociação de endividamento como os que estão sendo anunciados são fundamentais e estancam as angústias das pessoas e famílias. Mas em termos estruturais, o que vai resolver esse problema é uma taxa de juros mais baixa”, aponta a CNC

O endividamento bateu recorde em 2022, segundo dados da pesquisa da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgados na quinta-feira (19). No país, 77,9% das famílias estão endividadadas, a maior proporção desde o início da série histórica do levantamento, iniciado em 2011. Isto significa na prática, que no ano passado, em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 se endividaram. “O rápido aumento dos juros entre 2020 e 2022 coincidiu com aumento de 14,3 pontos na proporção total de endividados no país”, constataram os pesquisadores da CNC.

A proporção de famílias com dívidas atrasadas também foi a maior em 12 anos, aponta a pesquisa.

“Em mais de dez anos, nunca as pessoas se sentiram tão endividadadas”, destacou o diretor de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês, afirmando que a pesquisa demonstra “que o superendividamento é principalmente um problema para as famílias de baixa renda. Se esse endividamento diz respeito ao custo dos créditos e da inflação, um dos fatores essenciais para resolver isso é ter uma economia brasileira com juros mais civilizados, porque taxa de juros alta é sinônimo de dívidas caras, sempre. Portanto programas de renegociação de endividamento como os que estão sendo anunciados são fundamentais e estancam as angústias das pessoas e famílias. Mas em termos estruturais, o que vai resolver esse problema é uma taxa de juros mais baixa”, afirmou Mercês.

De acordo com a CNC, o cartão de crédito foi a principal forma de endividamento no ano passado. “Se em 2012, 75,2% das dívidas eram no cartão, o ano passado terminou com 86,6%, um aumento superior a 11 pontos percentuais”, segundo a pesquisa da CNC. Como consequência dos juros altos – estimulados pela política econômica do governo Bolsonaro de aperto monetário, que fez a taxa básica de juros da economia (Selic) saltar em março de 2021, de 2% ao ano para os atuais 13,75% ao ano, os juros do cartão de crédito estão em seus maiores níveis desde dezembro de 2016, chegando a atingir 400% a.a. no ano passado. A taxa de juros média em todas as operações de crédito com pessoas físicas avançou de 41,2% para 52,1% ao ano, alta de 10,6 pontos em 2022.

“As pessoas com renda mais baixa estão usando o cartão de

crédito para comprar alimentos e medicamentos, além de pagar contas de luz e telefone, por exemplo, para postergar o gasto para o mês seguinte ou mesmo parcelar esses valores”.

Com a explosão do endividamento disparada pelos juros elevados e a inflação, a inadimplência também explodiu no país. A proporção média de famílias com dívidas em atraso foi estimada em 28,9% do total de lares no país, um avanço de 3,7 p.p em relação a 2021. Já a proporção média de famílias sem condições de pagar dívidas já atrasadas também cresceu (0,2 p.p.), alcançando 10,7% do total de consumidores brasileiros.

“O incremento na proporção média de famílias com dívidas atrasadas no ano passado (3,7 p.p.) foi o maior registrado na pesquisa, após queda em 2021. A expansão do crédito e o avanço do endividamento no contexto de acirramento das despesas com juros ao longo do ano dificultaram a gestão do orçamento doméstico, o que levou a proporção média de famílias com dívidas em atraso ao recorde de 28,9% do total de lares no país. O aumento expressivo mais recente do indicador havia ocorrido entre 2015 e 2016, justamente o endividamento se encontrava no menor nível em dez anos, na faixa de 60,2% do total de consumidores”, apontaram os técnicos da CNC.

Com a desvalorização dos salários e o descontrole da inflação, o cartão de crédito passou a ser mais usado pelos brasileiros nas horas emergenciais, principalmente para compra de alimentos. “As pessoas com renda mais baixa estão usando o cartão de crédito para comprar alimentos e medicamentos, além de pagar contas de luz e telefone, por exemplo, para postergar o gasto para o mês seguinte ou mesmo parcelar esses valores”, afirmou a economista responsável pela pesquisa, Izis Ferreira.

Segundo a pesquisa, os brasileiros comprometem, em média, quase um terço da renda para quitar dívidas. No ano passado, para o pagamento das dívidas foram empenhados, em média, 30,2% da renda mensal. Ou seja, a cada R\$ 1 mil de rendimento, R\$ 302 foram destinados ao pagamento das dívidas. No entanto, os pesquisadores ressaltam que, do total de endividados, 21,5% precisaram de mais da metade de seus rendimentos para honrar com seus compromissos, o maior nível dos últimos cinco anos.

Americanas: CVM abre processo contra caloteiros Lemann, Sicupira e Telles

A força-tarefa criada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para apurar a fraude contábil no balanço da Americanas, que levou a um rombo de R\$ 20 bilhões em suas contas, decidiu investigar também a conduta dos acionistas de referência da varejista, os bilionários Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles – sócios do 3G Capital.

Eles são os maiores acionistas da Americanas, com 30,1% das ações. Beto Sicupira é também integrante do conselho de administração da empresa. Por meio de nota, divulgada na quinta-feira (19), o CVM informou que os acionistas de referência se tornaram alvo de um dos sete processos que irá apurar a atuação da empresa, após o anúncio de “inconsistências contábeis”, que culminaram com o pedido de recuperação judicial na última quinta-feira (19).

O Processo Administrativo 2023-12, aberto no dia 16 deste mês, pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM,

“busca analisar a conduta da companhia, acionistas de referência e administradores no tocante à observância das Resoluções CVM 44 e 80, bem como pela Lei 6.404/76, em relação à divulgação do pedido de tutela cautelar antecedente e das informações contidas no referido pedido vis-à-vis as informações divulgadas, até então, a respeito das inconsistências contábeis divulgadas por meio do Fato Relevante de 11/1/2023, bem como em relação a decisão da Companhia de ajuizar pedido de recuperação judicial com créditos estimados em R\$ 43 bilhões”, diz a nota.

A CVM não divulga detalhes sobre processos em andamento, mas um dos pontos a serem esclarecidos é se houve omissão de informações relevantes – informações privilegiadas – no primeiro comunicado sobre o rombo.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/cvm-inclui-lemann-sicupira-e-telles-em-investigacoes-da-fraude-na-americanas/>



Gomes, Huck, Lara Resende e Hartung

Conselheiros da Fiesp, Huck, Hartung e Lara Resende apoiam Josué e condenam golpe

Os membros do Conselho Superior de Economia Criativa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que incluem o apresentador Luciano Huck e o ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, divulgaram uma carta, no sábado (21) em defesa do presidente da Fiesp, o empresário Josué Gomes da Silva.

Na carta, os conselheiros repudiaram “veementemente quaisquer tentativas de afastá-lo da presidência da entidade”. Eles afirmam ainda que “defender a Democracia e resgatar a importância política da Fiesp no debate público, coisas que o senhor tem feito com tanta competência, deveriam ser motivo de honra e aplauso de todos os membros da entidade. O que mais precisamos nesse momento no Brasil é pacificar e dialogar com toda a sociedade e testemunhamos seu empenho nessa direção”, diz a carta do grupo enviada a Gomes da Silva.

Assim como o documento: o apresentador de TV Luciano Huck, o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung, Elizabeth Machado, Adriana Barbosa, Alan Adler, Ale Youssef, Antonio Fagundes, Elisabetta Zenatti, Fernanda Feitosa, Kondzilla, Laís Bodanzky, Luciana Guimarães e Preto Zezé.

O Conselho Superior Jurídico da Fiesp também se manifestou em defesa de Josué Gomes da Silva. As 54 pessoas que integram o órgão “manifestam sua preocupação com as tentativas de sua deposição da presidência da Fiesp por alegações fúteis que parecem ocultar propósitos de mera disputa de poder, em violação de mandato estatutário”, diz o trecho da carta.

Os juristas expressaram no documento o seu apoio ao empresário, “de quem só receberam palavras, gestos e exemplos de fé nas instituições, de crença na liberdade e na livre iniciativa e de atuação socialmente responsável, sempre em defesa dos interesses da indústria e do Brasil”.

Outra manifestação veio do Conselho Superior de Economia da Fiesp, que entre os signatários estão: André Lara Resende, o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galpão, Andrea Calabi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Mário Bernardini, além do presidente do conselho, José Roberto Ermirio de Moraes, e dois vice-presidentes do comitê, Dan Ioschpe e Marcos Antonio De Marchi, entre outros.

“Repudiamos veementemente quaisquer tentativas de afastá-lo da presidência da entidade. Preferências políticas, uma vez que não existem motivos minimamente fundados para destituição, não encontram respaldo nos estatutos da FIESP. Trata-se de ardid com o qual não compactuamos”, afirmaram os economistas.

GOLPE

“Após a assembleia realizada no dia 17 deste mês pela oposição, que destituiu o presidente da Fiesp e deu posse a Elias Miguel Haddad, vice-presidente, o empresário Josué Gomes da Silva continua no exercício pleno de suas funções, conforme determinam os estatutos vigentes”, divulgou a Fiesp em nota, na quinta-feira (19). No dia seguinte, Josué Gomes classificou a votação feita por seus opositores como “clandestina” e afirmou que “os responsáveis sofrerão consequências administrativas, trabalhistas e eventualmente em outras esferas” pela “ilegalidade dos atos praticados”.

De acordo com o advogado de defesa de Josué Gomes, o jurista Miguel Reale Júnior, “não há dúvida quanto à absoluta ilegalidade” da assembleia. Segundo Reale, Josué foi destituído da presidência porque lançou um manifesto em defesa da Democracia. O jurista considerou a decisão “um golpe”.

Leia a matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/conselheiros-da-fiesp-huck-hartung-e-lara-resende-apoiam-josue-gomes-e-condenam-golpe/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ricardo Stuckert/PR

Lula e o novo comandante do Exército: Presidente reúne com novo comandante do Exército: “bom trabalho ao general”

O presidente Lula se reuniu com o novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, e lhe desejou “um bom trabalho”. O ministro da Defesa, José Múcio, também participou do encontro.

Um registro da conversa entre Lula e Paiva foi publicado pelo presidente em suas redes sociais. Na foto, Lula e o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva estão se cumprimentando e sorrindo, com uma bandeira do Brasil ao fundo.

“Hoje, junto com o ministro da Defesa, José Múcio, conversei com o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, o novo comandante do Exército. Desejo um bom trabalho ao general”, escreveu Lula.

Ribeiro Paiva, que era o comandante militar do Sudeste, foi indicado para o Comando do Exército depois da exoneração do general Júlio César de Arruda, confirmada no sábado (21).

Na quarta-feira (16), o general Tomás Ribeiro Paiva fez um discurso para sua tropa denunciando um “terremoto” na política que “está tentando matar a nossa coesão, hierarquia, está tentando matar a nossa hierarquia disciplinar e matar o nosso profissionalismo”.

Ele disse que o militar da ativa “pode ter” opinião política, “mas não pode manifestar”.

“Ser militar é ser profissional, respeitar a hierarquia e a disciplina. É ser coeso, íntegro, ter espírito de corpo e defender a pátria. É ser uma instituição de Estado, apolítica e apartidária”, continuou.

Tomás Miguel Ribeiro Paiva tem 62 anos e era o comandante militar do sudeste desde 2021, sendo membro do Alto Comando do Exército desde 2019. Paiva entrou no Exército em 1975 através da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas (SP).

O general já foi comandante do Batalhão da Guarda Presidencial e ajudante de ordens da Presidência no governo Fernando Henrique Cardoso. Tomás Ribeiro Paiva também teve atuação na missão do Exército no Haiti, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Lula repudia ‘desumanidade’ de Jair contra os yanomami



Ricardo Stuckert/PR

Lula visitou a Terra Yanomami em solidariedade e para oferecer ajuda PF vai investigar se houve crime de genocídio no caso dos yanomami

Nesta segunda-feira (23), o ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou que a Polícia Federal vai começar a investigar nesta semana se houve omissão por parte de agentes públicos que levaram à tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami.

O ministro afirmou em entrevista coletiva que o histórico levantado até o momento e a situação encontrada na região mostram indícios de que agentes públicos – em todos os escalões – tinham conhecimento da crise enfrentada no território e não atuaram para solucioná-la.

“Não tenho nenhuma dúvida técnica, embora evidentemente não me caiba julgar, de que há indícios fortíssimos de materialidade do crime de genocídio”, afirmou o ministro.

No ofício enviado nesta segunda ao diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues, o ministro afirma que “mortes por desnutrição ou por doenças tratáveis, pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde, medidas insuficientes para a proteção dos yanomami, além do desvio na compra de medicamentos e de vacinas destinadas a proteção desse povo

contra a COVID-19, conduzem a um cenário de possível desmonte intencional contra os indígenas Yanomami ou genocídio”.

“No ofício que enviei ao dr. Andrei, eu aludo especialmente à ação e omissão de agentes públicos. Aqui me refiro a agentes públicos de vários níveis. Tivemos, primeiro, estímulo ao garimpo ilegal na Amazônia brasileira. Tivemos, inclusive, visita do ex-presidente da República Jair Bolsonaro a um garimpo ilegal que não tinha ainda condições de regularidade, segundo se anuncia”, afirmou Dino.

No sábado (21), o ministro anunciou a abertura de inquérito para apurar crime de genocídio e contra o meio ambiente. A Polícia Federal ficará responsável pela investigação.

O ministro esteve no sábado em Roraima com o presidente Lula para tratar da crise sanitária na reserva.

Ao anunciar o inquérito, o ministro declarou que “há fortes indícios de crime de genocídio” diante dos “sofrimentos criminosos impostos aos yanomami”.

O povo da região vive uma crise sanitária que já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis, nos quatro anos de governo Bolsonaro.

Nesta sexta-feira (20), o Ministério da Saúde declarou emergência de saúde pública no território. A terra é a maior do país, em extensão territorial, e sofre com a invasão de mais de 20 mil garimpeiros.

Somente no ano passado, 99 crianças do povo Yanomami morreram devido ao avanço do garimpo ilegal na região, segundo divulgado pelo Ministério dos Povos Indígenas. As vítimas foram crianças entre um a 4 anos.

Em visita à Casa de Saúde da população Yanomami, em Roraima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já havia criticado Jair Bolsonaro (PL) por priorizar suas motociatas e ter “abandonado” os yanomamis.

“E desumano o que eu vi aqui. Sinceramente, se o presidente que deixou a Presidência esses dias em vez de fazer tanta motociata tivesse vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não tivesse tão abandonado como está”, disse o presidente Lula ao averiguar a situação de abandono da população indígena, cercada por garimpeiros ilegais em seu território.

“Preferiu motociata”, disse o presidente em visita ao local. Ele ainda afirmou que “não vai existir mais garimpo ilegal” na região

Em visita à Casa de Saúde da população Yanomami, em Roraima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou Jair Bolsonaro (PL) por priorizar suas motociatas e ter “abandonado” os yanomamis.

A visita do presidente ocorreu após o Ministério da Saúde declarar emergência de saúde pública para a crise de desnutrição e fome no território Yanomami.

“É desumano o que eu vi aqui. Sinceramente, se o presidente que deixou a Presidência esses dias em vez de fazer tanta motociata tivesse vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não tivesse tão abandonado como está”, disse o presidente Lula ao averiguar a situação de abandono da população indígena, cercada por garimpeiros ilegais em seu território.

Em quatro dias de operação do Ministério da Saúde na região, foram resgatadas ao menos oito crianças Yanomami em estado grave, com quadros severos de desnutrição e malária.

O Ministério da Saúde estima que, ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, ao menos 570 crianças Yanomami morreram de fome, doenças preveníveis ou em decorrência de contaminação por mercúrio, por conta do garimpo ilegal. E mais de cinco mil estão desnutridas ou passam fome. De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, as terras Yanomami, em Roraima, estão entre as que possuem maior área invadida por garimpeiros.

“Se alguém me contasse que em Roraima tinham pessoas sendo tratadas dessa forma desumana, como vi o povo Yanomami aqui, eu não acreditaria. O que vi me abalou. Vim aqui para dizer que vamos tratar nossos indígenas como seres humanos”, declarou o presidente, que prometeu o envio de médicos e enfermeiros para dar assistência aos habitantes da Terra Indígena Yanomami.

O plano do governo é enviar equipes de saúde para atender os indígenas dentro do próprio território.

“Eu acho que uma forma da gente resolver isso é fazer com que a gente monte o plantão da saúde. Nas aldeias, para que

Para Bolsonaro, imagens aterradoras de yanomamis famintos são uma encenação

Jair Bolsonaro afirmou que a tragédia vivida pelos povos yanomamis na região norte do país, com imagens de crianças e adultos famintos, em pele e osso, que chocaram o mundo, é uma “farsa da esquerda”.

Na live, feita em Miami e divulgada pelo seu canal no Telegram, Bolsonaro não explica o que significam as imagens aterradoras da fome e da miséria entre os yanomamis. Ele tentou tapar o sol com a peneira com essa conversa de farsa da esquerda. São fatos. Só faltou dizer que os índios estavam de mi-mi-mi.

Os dados foram revelados pelo portal de jornalismo baseado na Amazônia Sumaúma. A reportagem apontou que, durante o governo de Jair Bolsonaro, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos por causas evitáveis aumentou 29% no território Yanomami.

O abandono era explícito. O governo Bolsonaro desmantelou os órgãos de apoio aos índios e de fiscalização das invasões de terras demarcadas. Ele estimulou e liberou o garimpo ilegal em terras indígenas. O ódio aos povos originários era verbalizado por Bolsonaro em quase todos os seus discursos.

“Nem um centímetro a mais de terra indígena será demarcado”, dizia ele.

O Planalto era cúmplice do garimpo ilegal, dos contrabandistas de madeira, dos grileiros e desmatadores. Perseguiu servidores que reprimiam os crimes ambientais. Os criminosos e bandidos eram tão ligados

a gente possa cuidar deles lá. Fica mais fácil a gente transportar 10 médicos [para dentro da reserva] do que transportar duzentos índios que estão aqui”, disse Lula.

COMBATE AO GARIMPO
Lula prometeu acabar o garimpo ilegal, que passou a ser incentivado durante o governo Bolsonaro. Segundo relatórios da própria FUNAI, mais de 20 mil garimpeiros invadiram o território no último período. Enquanto a população indígena é de 28 mil pessoas. “O que eu posso dizer é que não vai existir mais garimpo ilegal”, afirmou.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou que a atuação na região será de importância à de uma epidemia. “No caso da Saúde, nós definimos que isso é uma emergência sanitária de importância nacional semelhante a uma epidemia, é isso que precisa ficar claro”, pontuou Nísia, acrescentando que o governo prepara um plano de trabalho.

“A força do SUS começará a vir a partir de segunda-feira (23) com mais profissionais médicos e enfermeiros para esse atendimento de emergência. Mas, sabemos que temos que melhorar a saúde onde as populações, onde os povos indígenas moram, nas suas comunidades”, reafirmou.

O secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, também integrou a comitiva.

Mais cedo, no Twitter, a ministra Nísia já havia classificado como grave a situação. Segundo ela, foram registrados “3 óbitos de crianças entre 24 e 27/12 e 11.530 casos de malária no último ano.”

Estavam com Lula os ministros Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Nísia Trindade (Saúde), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Flávio Dino (Justiça), José Múcio (Defesa), Sílvio Almeida (Direitos Humanos), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral), General Gonçalves Dias (Gabinete de Segurança Institucional), e o comandante da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno.

O governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), e o prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique, receberam o presidente e a comitiva de ministros na Base Aérea.

Recusa em demitir ajudante de Bolsonaro e proteção aos golpistas motivaram exoneração de Arruda

O general Júlio César de Arruda foi exonerado pelo presidente Lula do cargo de comandante do Exército depois de discussões sobre as prisões dos terroristas em Brasília e de recusa em demitir o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro envolvido em um esquema de Caixa 2 no Palácio do Planalto. A resistência à demissão de Cid foi o estopim da exoneração do ex-comandante.

O general também se colocou contra a remoção de acampamentos dos golpistas em frente aos quartéis do Exército.

Júlio César de Arruda foi exonerado no sábado (21) e substituído pelo general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, antes comandante militar do Sudeste.

O portal Metrôpolis revelou que a decisão, por parte do presidente Lula, de trocar o comando do Exército aconteceu depois de Júlio César de Arruda se recusar a cumprir a ordem de exonerar o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que deveria acontecer em função da denúncia de sua participação de um esquema corrupto.

Cid foi indicado pelo governo de Bolsonaro, no fechar das cortinas, para comandar o 1º Batalhão de Ações e Comandos (1º BAC), uma unidade responsável por operações especiais, estratégica, e que tem permissão para atuar em Brasília em situações de emergência.

A exoneração foi ordenada depois da denúncia, também feita pelo Metrôpolis, de que Mauro Cid era parte de um esquema feito por Jair Bolsonaro para desviar recursos públicos dentro do Palácio do Planalto.

O ex-ajudante de ordens pagava as contas do clã Bolsonaro em dinheiro vivo ao mesmo tempo em que operava um “caixa paralelo”, que incluía recursos sacados dos cartões corporativos do Planalto, em agência do Banco do Brasil situada na sede do poder executivo.

Entre essas contas, constava a fatura de um cartão de crédito utilizado por Michelle Bolsonaro, mas emitido em nome de uma amiga da ex-primeira-dama.

Múcio e o ex-comandante do Exército, Júlio César Arruda. Foto: Antonio Oliveira – MJ

Apesar da denúncia e da ordem do presidente da República, Júlio César de Arruda tinha decidido que iria manter Cid no comando do 1º BAC. O Exército respondeu à imprensa, na quinta-feira (19), que a indicação de Mauro Cid, feita pelo governo Bolsonaro, ainda estava mantida.

Outro caso que estremeceu a relação de Lula com o general Júlio César Arruda esteve relacionado com os acampamentos golpistas em frente ao Quartel-geral do Exército, em Brasília. O acampamento foi permitido pelo Exército até o dia 9 de janeiro.

“Menor dependência do dólar elevará comércio entre Brasil e Argentina”

Com a visita do presidente Lula ao seu colega argentino, Alberto Fernández, o Brasil retomou as discussões com seu maior parceiro regional com vistas a incrementar o comércio e fortalecer uma maior integração econômica entre os dois países. Uma das ideias discutidas durante a visita foi a criação de uma moeda comum para incentivar o comércio bilateral. O objetivo é que as trocas bilaterais possam ser feitas sem a utilização do dólar.

Essa moeda comercial que será usada para estimular o comércio entre Brasil e Argentina não acabaria com o real brasileiro nem com o peso argentino. Diferentemente do euro, que é a moeda em circulação em vários países da União Europeia, a moeda comum seria formatada para o propósito específico de ser usada em transações comerciais e financeiras entre os países, para que haja uma menor dependência do uso do dólar.

Mais do que ser um mecanismo benéfico para o comércio entre os dois países, para o Brasil, a “unidade de conta sul-

-americana”, como também está sendo chamada nova moeda, tem ainda a vantagem de permitir um incremento de exportações de produtos manufaturados brasileiros, já que a Argentina é um dos grandes importadores de produtos industriais brasileiros.

“Se dependesse de mim, a gente teria comércio exterior sempre nas moedas dos outros países para que a gente não tenha que depender do dólar. Por que não tentar criar uma moeda comum entre os países do Mercosul? Por que não tentar criar uma moeda comum entre os países do BRICS?”, afirmou o presidente Lula.

“O que nós estamos tentando trabalhar agora é que nossos ministros da Fazenda, cada um com sua equipe econômica, possa nos fazer uma proposta de comércio exterior e de transações entre os dois países, que seja feito numa moeda comum a ser construída com muito debate, muitas reuniões. Isso é o que vai acontecer”, prosseguiu Lula, durante discurso no país vizinho, onde se reuniu com o presidente argentino Alberto Fer-

nação do Exército desde 2019. Paiva entrou no Exército em 1975 através da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas (SP).

O plano do governo é enviar equipes de saúde para atender os indígenas dentro do próprio território.

“Se alguém me contasse que em Roraima tinham pessoas sendo tratadas dessa forma desumana, como vi o povo Yanomami aqui, eu não acreditaria. O que vi me abalou. Vim aqui para dizer que vamos tratar nossos indígenas como seres humanos”, declarou o presidente, que prometeu o envio de médicos e enfermeiros para dar assistência aos habitantes da Terra Indígena Yanomami.

O plano do governo é enviar equipes de saúde para atender os indígenas dentro do próprio território.

“Eu acho que uma forma da gente resolver isso é fazer com que a gente monte o plantão da saúde. Nas aldeias, para que

Para Bolsonaro, imagens aterradoras de yanomamis famintos são uma encenação

Jair Bolsonaro afirmou que a tragédia vivida pelos povos yanomamis na região norte do país, com imagens de crianças e adultos famintos, em pele e osso, que chocaram o mundo, é uma “farsa da esquerda”.

Na live, feita em Miami e divulgada pelo seu canal no Telegram, Bolsonaro não explica o que significam as imagens aterradoras da fome e da miséria entre os yanomamis. Ele tentou tapar o sol com a peneira com essa conversa de farsa da esquerda. São fatos. Só faltou dizer que os índios estavam de mi-mi-mi.

Os dados foram revelados pelo portal de jornalismo baseado na Amazônia Sumaúma. A reportagem apontou que, durante o governo de Jair Bolsonaro, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos por causas evitáveis aumentou 29% no território Yanomami.

O abandono era explícito. O governo Bolsonaro desmantelou os órgãos de apoio aos índios e de fiscalização das invasões de terras demarcadas. Ele estimulou e liberou o garimpo ilegal em terras indígenas. O ódio aos povos originários era verbalizado por Bolsonaro em quase todos os seus discursos.

“Nem um centímetro a mais de terra indígena será demarcado”, dizia ele.

O Planalto era cúmplice do garimpo ilegal, dos contrabandistas de madeira, dos grileiros e desmatadores. Perseguiu servidores que reprimiam os crimes ambientais. Os criminosos e bandidos eram tão ligados

a gente possa cuidar deles lá. Fica mais fácil a gente transportar 10 médicos [para dentro da reserva] do que transportar duzentos índios que estão aqui”, disse Lula.

COMBATE AO GARIMPO
Lula prometeu acabar o garimpo ilegal, que passou a ser incentivado durante o governo Bolsonaro. Segundo relatórios da própria FUNAI, mais de 20 mil garimpeiros invadiram o território no último período. Enquanto a população indígena é de 28 mil pessoas. “O que eu posso dizer é que não vai existir mais garimpo ilegal”, afirmou.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou que a atuação na região será de importância à de uma epidemia. “No caso da Saúde, nós definimos que isso é uma emergência sanitária de importância nacional semelhante a uma epidemia, é isso que precisa ficar claro”, pontuou Nísia, acrescentando que o governo prepara um plano de trabalho.

“A força do SUS começará a vir a partir de segunda-feira (23) com mais profissionais médicos e enfermeiros para esse atendimento de emergência. Mas, sabemos que temos que melhorar a saúde onde as populações, onde os povos indígenas moram, nas suas comunidades”, reafirmou.

O secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, também integrou a comitiva.

Mais cedo, no Twitter, a ministra Nísia já havia classificado como grave a situação. Segundo ela, foram registrados “3 óbitos de crianças entre 24 e 27/12 e 11.530 casos de malária no último ano.”

Estavam com Lula os ministros Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Nísia Trindade (Saúde), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Flávio Dino (Justiça), José Múcio (Defesa), Sílvio Almeida (Direitos Humanos), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral), General Gonçalves Dias (Gabinete de Segurança Institucional), e o comandante da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno.

O governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), e o prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique, receberam o presidente e a comitiva de ministros na Base Aérea.

570 crianças yanomamis morreram em quatro anos de governo do 'mito'

Abandonados pelo governo Bolsonaro enquanto o garimpo ilegal avançava sobre a região, indígenas passaram a situação de catástrofe, com mortes por desnutrição, malária e contaminados por mercúrio

Durante o governo Jair Bolsonaro, o número de mortes de crianças com menos de 5 anos por causas evitáveis aumentou 29% no território Yanomami. Em 4 anos, 570 crianças indígenas morreram acometidas por doenças que têm tratamento.

“Não estamos conseguindo contar os corpos”, afirma uma testemunha à Sumaúma, plataforma de jornalismo independente, que divulgou os dados. “Isso significa que 570 pequenos indígenas poderiam estar correndo, rindo e inventando brincadeiras, neste momento, se houvesse atendimento adequado de saúde ou ações de prevenção”, diz a reportagem.

O número oficial já supera em 29% os registrados nos 4 anos de governos anteriores. “Como o território sofreu um apagão estatístico durante o governo de extrema direita, é provável que a realidade seja ainda mais aterradora. Este é o legado de Bolsonaro”, estimou a Sumaúma.

A desnutrição é um dos grandes problemas enfrentados pelo público pediátrico Yanomami. Uma criança de 1.095 dias, ou seja, com 3 anos de idade, pesava o mesmo que um bebê recém-nascido: 3,6 quilos, relataram profissionais de saúde.

Uma série de fotografias recentes enviadas mostram corpos de crianças e velhos, com peles que recobrem apenas os ossos, tão debilitados que mal parecem se equilibrar. “Costelas que parecem perfurar os corpos minúsculos contrastam com barrigas enormes, povoadas por vermes”, denuncia a Sumaúma.

As imagens foram registradas pelos próprios indígenas e profissionais de saúde. “Algumas das imagens mais chocantes não foram liberadas por afrontarem a cultura Yanomami ou por colocarem em risco de morte o autor das fotos. Imagens são um tema difícil para os Yanomami”. “As lideranças que concordaram com a divulgação das fotografias só tomaram essa decisão porque estão desesperadas”, cita a reportagem.

Inclusive “em uma delas, foi a própria liderança que pediu que uma foto fosse tirada para ser levada ao mundo. Essa atitude, tão rara para um Yanomami, dá uma medida do terror de ver crianças e velhos tombarem dia após dia”, prossegue o texto.

“É muito triste saber que indígenas, sobretudo 570 crianças Yanomami, morreram de fome durante o último Governo. O Ministério dos Povos Indígenas tomará medidas urgentes em torno desta crise humanitária imposta contra nossos povos”, disse a ministra do recém-criado – e inédito – Ministério dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que está em Roraima neste sábado (21) para prestar assistência aos Yanomami.

No território entre os estados de Roraima e Amazonas – maior área indígena demarcada no Brasil – vivem quase 30 mil Yanomami. Nos últimos 4 anos, a fome se alastrou pela região. Abandonados à própria sorte (ou falta dela), esses povos não receberam qualquer atenção por parte do governo federal, revelando inimigo ferrenhos dos povos originários.

SITUAÇÃO PERDURA

Reportagem do Fantástico veiculada em novembro de 2021 e repercutida pelo HP, já denunciava o quadro severo de desnutrição das crianças yanomamis, agravada pela falta de assistência médica. A equipe de reportagem passou duas semanas dentro da reserva indígena e constatou um cenário desolador.

Surucucu, uma das 300 unidades das reservas, tem posto de saúde e hospital de internação, com capacidade para 20 pacientes. Indígenas de 23 comunidades procuram a unidade quando necessitam. No dia em que a equipe do Fantástico esteve no local, constatou a falta de remédios e sobravam leitos, mesmo tendo muitos indígenas doentes nas comunidades, segundo as lideranças Yanomami.

Também denunciou a falta de condições no local. Com chão de terra, paredes de madeira e telas rasgadas, os pacientes eram atendidos na sala de internação do posto de saúde de Surucucu. A estrutura é precária e é necessário fazer fogueiras para proteger os doentes do frio da noite e dos mosquitos.

A malária é uma das doenças persistentes na região: mais de 16 mil casos só em 2021, lembrando que há 30 mil indígenas na reserva. “Quanto mais desnutrida a criança é, maior a chance de ela ter infecção por qualquer causa. Pode ser respiratória, intestinal, infecções de pele”, diz Maria Paula de Albuquerque, pediatra e nutróloga da Unifesp.

Estimativas apontam a presença criminosa de 20 mil garimpeiros na TI Yanomami. De 2019 para cá, os garimpos são a principal causa do crescimento expressivo do desmatamento na terra Yanomami. O aumento chegou a 140%, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

O desmonte da saúde indígena durante os 4 anos do governo Bolsonaro levou várias aldeias ao colapso sanitário. Com pouco acesso à saúde e medicamentos em falta, crianças e velhos morrem de desnutrição ou por doenças tratáveis, como vermes, pneumonia e diarreia.

“Tá tendo muito garimpeiro, muita malária. Pega malária, não aguenta fazer roça”, afirma Mateus Sanõma. Os Sanõma, um grupo da etnia Yanomami, habita a região de Auaris, no limite do Brasil com a Venezuela, onde o garimpo atua livremente dos dois lados da fronteira.

A presença do garimpo em Auaris, causa outro problema. Homens da etnia migram para o garimpo do outro lado da fronteira, na Venezuela, deixando com as mulheres a responsabilidade de cuidar sozinhas das crianças. Elas têm que trabalhar na roça e pescar numa região escassa, desequilibrando todo o modo de vida.

Como só os homens caçam, crianças e mulheres são privadas de mais uma fonte de proteína. “Na minha comunidade, todos estão morrendo de fome. Já morreram 30 Sanõma e vão morrer mais. Estão morrendo rápido. Não quero que morram todos. Precisamos de apoio para não morrer meu povo todo”, clama o líder Sanõma.

“A alimentação que os polos de saúde têm para dar aos Yanomami doentes é arroz e só, nada nutritivo”, contou um profissional de uma unidade médica, que esteve diversas vezes no território ao longo do ano passado. “Não tinha nem remédio, nem novalgina, não chegava nada. As crianças estavam soltando vermes pela boca. Vai ter que começar do zero, tudo de novo. Os Yanomami foram jogados à própria sorte, diz.”

De 2021 a 2022, a região de Auaris, onde vivem 896 famílias, teve 2.868 casos de malária. Apenas em 2022, 6 crianças com menos de 1 ano morreram por causas que seriam facilmente evitáveis se houvesse acesso a serviços de saúde ou medicamentos, informa a Sumaúma.

Na região, 6 de cada 10 crianças abaixo de 5 anos estão com déficit nutricional, ou seja, têm peso considerado inadequado para a idade, a maior parte delas já em desnutrição severa. Na Maloca Paapiu, outra região do território Yanomami, a realidade se repete: 6 de cada 10 crianças desse grupo etário estão desnutridas.

“E de lá que nos chega uma lista, feita à mão por uma pessoa da comunidade, com as mortes ocorridas entre dezembro e os primeiros dias de janeiro: foram 4 crianças, filhas de Catiusa, Beadriz, Geovana e Briscila. E ainda outros 4 velhos”. “Oito [dos] meus parentes morreram”, diz o recado”, relata a reportagem da Sumaúma.

Em 2022, os dados revelam que 13 crianças do Xitei com menos de 5 anos morreram por causas passíveis de tratamento: 6 delas por pneumonia, 4 por diarreia e 2 por desnutrição.

Muitas das mortes que ocorrem nas aldeias deixam de ser contabilizadas. Em algumas localidades mais impactadas pelo garimpo, as equipes de saúde foram expulsas. Assim não conseguem prestar atendimento ou registrar os óbitos.

Em Homoxi, o posto de saúde foi invadido pelos criminosos e virou depósito de combustível. Em dezembro, foi incendiado pelos garimpeiros, em retaliação à uma operação da Polícia Federal em combate à atividade ilegal, relata a plataforma.



Fome e abandono passaram a ocupar o dia-a-dia dos indígenas yanomamis



Bebê atendido pela equipe do Ministério da Saúde em janeiro de 2023



“As lideranças que concordaram com a divulgação das fotografias só tomaram essa decisão porque estão desesperadas”, apontam os médicos

STF determina que justiça continue os processos contra responsáveis pelos crimes de Brumadinho

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, determinou que a Justiça Federal de Minas Gerais proceda imediatamente ao andamento do processo penal que apura os responsáveis por crimes cometidos no rompimento da barragem em Brumadinho (MG). A medida tem como objetivo evitar a prescrição dos crimes.

“Comunique-se, com urgência (a decisão), ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho, bem como ao TRF da 6ª Região e ao Juízo da 9ª Vara Federal Seção Judiciária de Minas Gerais”, diz trecho da decisão.

“Intime-se, com urgência, Procurador-Geral da República. Findas as férias coletivas, encaminhem-se os autos ao Ministro Nunes Marques, designado Redator para o acórdão”, determina Weber.

No despacho, a ministra disse que, apesar da decisão colegiada não ter sido publicada pela Corte, a ata de julgamento já foi encaminhada. Em dezembro de 2021, ficou decidido pelo STF que o julgamento da ação é de alçada federal.

Anteriormente, o relator, ministro Edson Fachin, reconheceu a competência da justiça estadual para o caso. Mas, em sessão virtual em 16 de dezembro do ano passado, ao julgar recurso contra decisão do ministro, a 2ª Turma



Crime da Vale em Brumadinho completa 4 anos

decidiu que a competência era da Justiça Federal.

Diante do resultado, familiares das vítimas pediram o imediato cumprimento da decisão do STF para evitar o risco da prescrição em abstrato dos crimes ambientais.

A decisão tem como base atribuição prevista no Regimento Interno do STF, que legitima a presidência da Corte a decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias. O recesso do STF vai até 31 de janeiro.

Se o processo não for retomado até o dia 25 próximo, quando a tragédia completa 4 anos, as responsabilidades pelos crimes cometidos no rompimento da barragem da mineradora Vale, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, poderão não ser apuradas. E consequentemente, os responsáveis não serão

penalizados.

Ao proferir a decisão, Rosa Weber justificou que a 2ª Turma invalidou decisões da Justiça estadual no caso, entre os quais o ato de recebimento da denúncia. Com isso, havia risco iminente de prescrição de todos os crimes constantes na denúncia, que prevêem pena máxima não exceda a dois anos, considerando que os fatos foram ocorridos em 25/1/2019. Nesses casos, o prazo prescricional é de quatro anos.

O rompimento de barragem de Brumadinho foi a maior tragédia em campo de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Foi também uma das maiores tragédias ambientais da mineração do país, depois do rompimento de barragem em Mariana.



Cientista foi empossado pela ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos

‘Nossa ciência sobreviveu ao governo negacionista’, disse Ricardo Galvão no CNPq

O cientista Ricardo Galvão foi escolhido como novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O anúncio oficial foi feito nesta terça-feira (17) pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, em uma cerimônia em Brasília (DF).

A cerimônia contou com a ministra, Galvão e, também, Mercedes Bustamante, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Evaldo Ferreira Vilela, ex-presidente do CNPq e professor titular da Universidade Federal de Viçosa.

Além disso, estavam presentes representantes de países, universidades e organizações acadêmicas e sindicais, como Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Bonciani Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Vinicius Soares, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entre outros.

Nome reconhecido na área científica, Galvão é professor de física da Universidade de São Paulo (USP) e comandou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de 2016 a 2019. No entanto, foi demitido após Jair Bolsonaro (PL) acusar o Inpe de mentir sobre dados que indicavam alta no desmatamento na Amazônia.

Galvão foi incluído na lista da revista “Nature” de 10 cientistas que se destacaram em 2019. Em 2021, também recebeu prêmio internacional da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) na categoria liberdade e responsabilidade científica.

“Quando fui demitido, foram várias manifestações de colegas da academia, políticos, jornalistas, entre outros, com muitos artigos da imprensa. Um deles, foi de autoria da grande física brasileira, professora Márcia Barbosa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em comentário para o jornal ‘O Globo’, ela lembrou que sempre houve embates entre poderosos e cientistas que apresentaram fatos que contrariaram os interesses dos poderosos, como foi a história de Alexandria, morta pelos negacionistas à época”, continuou Galvão.

“A ciência sobreviveu a autoridade política e promoveu avanços através da autoridade do conhecimento. Nesses últimos anos de atividade, foi um enorme retrocesso. Há pouco mais de dois meses derrotamos a truculência que existia em nosso País. Hoje, esta cerimônia e a indicação da professora Mercedes Bustamante para a CAPES são a comprovação que nossa ciência sobreviveu ao cataclismo político, promovido por um governo negacionista, que empreendeu um verdadeiro desmonte das políticas públicas em diversas áreas. Ainda, no dia de hoje viramos essa página triste de nossa história com a convicção que a ciência voltará a promover grandes avanços para a nossa sociedade através da autoridade do conhecimento. Muito obrigado”, concluiu Galvão.

No discurso, ele também defendeu os servidores públicos, que resistiram ao governo Bolsonaro. “Todos os servidores públicos são acusados de não fazer nada, de não produzir, de não trabalhar, mas vocês foram o sustento contra esse governo. Eu sou muito agradecido a todos, muito agradecidos a todos os servidores das unidades. A Capes foi ameaçada, as organizações foram ameaçadas e atacadas”, disse Ricardo Galvão emocionado.

VIRANDO A PÁGINA DO NEGACIONISMO

A ministra Luciana Santos saudou os presentes e afirmou que o país está virando a página contra o negacionismo.

“Não é possível imaginar um projeto de nação sem as nossas instituições que estão a serviço da inteligência e do conhecimento serem inabaláveis, de estarem acima de qualquer intemperie ou de qualquer situação que nós assistimos no momento muito recente do país. Mas como bem dito aqui por todos, nós estamos virando essa página”, destacou Luciana.

Para a ministra, a vitória política e eleitoral coloca a “ciência no posto de comando do país e não o negacionismo”.

“Tivemos um grande momento que foi uma vitória política e eleitoral recente que prevaleceu a necessidade de se colocar no posto de comando do país a ciência e não o negacionismo, mas essa é uma luta que terá um longo prazo a ser enfrentada e nós precisamos ter a dimensão disso. Mas eu penso que aqui está nesse auditório, as pessoas que aqui representam o sistema, essa resistência e o compromisso de levar adiante os valores que nos movem em momentos como esse. Por isso, em primeiro lugar, do meu querido próximo presidente do CNPq Ricardo Galvão, da professora Mercedes Bustamante que é a presidente da CAPES, do nosso Evaldo Vilela que é professor titular da Universidade Federal de Viçosa, passo aqui as responsabilidades para o nosso querido Ricardo Galvão”, disse.

RECOMPOSIÇÃO DO FNDCT

“Eu tenho uma alegria de falar neste pronunciamento, afirmando que a ciência está de volta ao Brasil. Este é um brado que estava preso na garganta de todos nós. E hoje, ele ecoa com a certeza de que a ciência está de com todo o prestígio e vigor. Em um governo absolutamente empenhado, sob o comando e orientação do nosso presidente Lula. Está empenhado e comprometido em reconstruir um país desmantelado a política irresponsável e negacionista praticada pela administração anterior. Uma administração que promoveu um verdadeiro apagão no financiamento da ciência brasileira”, continuou a ministra.

“Valorização do mínimo começa com o aumento para R\$ 1.343”



Altamiro, da CONTRICOM: prioridade total à “recuperação dos salários” e ao “resgate dos sindicatos”

Altamiro Perdoná, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM), em entrevista exclusiva ao HP, afirmou que “a prioridade dos trabalhadores, tanto aqueles que representam, como os das demais categorias, é, sem dúvida alguma, o estabelecimento de uma política de valorização dos salários, que passa, primeiramente, pelo salário mínimo, que ainda remunera milhões e é referência para outros tantos milhões de aposentados e pensionistas”.

“Sem a recuperação na renda dos brasileiros, corroída nesses últimos anos, não haverá a retomada do consumo e da economia nacional”, disse o dirigente sindical, que acrescentou: “o movimento sindical deve estar unido em torno dessa bandeira, pois dela depende também a recuperação dos empregos que foram perdidos nas últimas décadas”.

Ao analisar a situação dos trabalhadores de sua base de representação, Altamiro lembrou que “tanto a indústria da construção, como os demais segmentos derivados dela, não interromperam suas atividades, mesmo durante os mais de dois anos de pandemia, e, hoje, continuam exibindo importante desempenho econômico, no entanto, nossos sindicatos e federações continuam encontrando muita resistência nas negociações salariais”.

Perguntado sobre tais resistências, respondeu: “Resistência em garantir aumentos reais de salário e novas conquistas nas convenções coletivas, assim como reconhecer o papel dos sindicatos nessas negociações, permitindo o financiamento sindical”. E apresentou a causa dos problemas: “A perversa reforma trabalhista de 2017, um verdadeiro engodo, pois diziam que geraria milhões de empregos e não gerou, servindo, apenas, para retirar direitos, precarizar as relações de trabalho e esvaziar política e materialmente as entidades profissionais”.

COMBATE AOS CONTRATOS PRECÁRIOS DE TRABALHO

“Hoje, em nosso setor, enfrentamos a triste realidade herdada por essa reforma, que foi uma contrarreforma, com os contratos intermitentes e todo tipo de contrato precário. Muitos trabalhadores ficam à disposição da empresa, trabalham poucas horas por mês ou sequer trabalham, ganham uma ninharia e são considerados empregados, um verdadeiro absurdo”, denunciou.

E assinalou que “em outras situações, os empregados não são empregados, são contratados como empreendedores, ou seja, patrões de si mesmos, para que a empresa se livre dos encargos sociais, e esse trabalhador, por conta da grave crise que o país atravessa, acaba se submetendo a isso e fica sem FGTS e sem aposentadoria, uma lástima. O mais grave – continuou – é que promoveram esse retrocesso e, paralelamente, promoveram um verdadeiro desmonte na fiscalização do Trabalho que deve ser exercida pelas superintendências regionais e esvaziaram a Justiça do Trabalho com a imposição das custas ao trabalhador em caso de perda da causa trabalhista”.

“A estratégia dos que implantaram a reforma de 2017 foi muito clara e perversa: sobrepor os interesses do capital, principalmente do grande capital, aos interesses dos que vivem do seu trabalho. Milhões de trabalhadores foram empurrados para um sistema escravagista ou semi-escravagista, perderam abruptamente a renda e a relação capital/trabalho sofreu um desequilíbrio monumental. É essa lógica que querem continuar impondo aos trabalhadores e é isso que precisamos reverter”, argumentou o dirigente.

O presidente da CONTRICOM disse acreditar “nas intenções e disposição do presidente Lula de mudar esse quadro, até pela sua origem de trabalhador e sindicalista”, destacando que “as recentes entrevistas do presidente sobre a necessidade do Estado olhar os que mais precisam, dos trabalhadores de baixa renda, dos aposentados, pois, ao valorizá-lo, o governo estimulará a economia, inclusive as regionais e das cidades pequenas que dependem dessas rendas para desenvolver o comércio local, etc.”

Altamiro fez alusão ao apoio “entusiástico” à candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais, pelo que representava “na defesa da democracia e contra o projeto trágico de Bolsonaro, demonstrado na pandemia e na política econômica”.

Ele lembrou também das recentes declarações de Lula sobre o chamado “mercado” e os “gastos governamentais”: “O presidente Lula está muito consciente do papel do Estado e dos investimentos públicos, que não são gastos e sim investimento, como saúde, educação, moradia, saneamento, e isso é muito importante para nós, trabalhadores, pois vai significar mais emprego, mais renda e crescimento econômico”.

“Os que vivem de renda e dos juros altos patrocinados pelo último governo, como os bancos, não tem qualquer sensibilidade com essa triste realidade deixada por Bolsonaro, Guedes, Temer, entre outros. Eles querem ganhar cada vez mais às custas da miséria do trabalhador e do povo. É isso tem que ter um freio e só o governo pode colocar esse freio. Estamos apostando muito na sensibilidade e no equilíbrio do presidente Lula e de seu governo para mudar o rumo da política econômica e colocar a prioridade no país e nos seus trabalhadores”, continuou Altamiro.

Continua em horadopovo.com.br



É pequenez da Fazenda querer manter o mínimo em R\$ 1.302, diz Adilson da CTB

Adilson Araujo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), abriu a entrevista ao Hora do Povo, nesta segunda-feira (16), afirmando que só vê vantagem num salário mínimo maior que os R\$ 1.302, proposto por Bolsonaro. A PEC da Transição reservou R\$ 1.320. As centrais sindicais propuseram R\$ 1.340. “Sabemos pela imprensa que não há acordo ainda entre a presidência e a Fazenda. Parece-me uma pequenez do Ministério da Fazenda se fixar nos R\$ 1.302”, disse Araujo.

O presidente Lula se reunirá com 500 dirigentes sindicais, indicados pelas centrais e pelas entidades dos trabalhadores em plataforma digital, na quarta-feira, dia 18, às 10h, para discutir as promessas de campanha eleitoral: uma política permanente de aumento real do salário mínimo, regulamentação dos trabalhadores em plataforma digitais e a correção da Tabela do Imposto de Renda. A seguir, a entrevista:

HP – Bolsa Família, aumento real do salário mínimo, correção da Tabela do Imposto de Renda, dá para levar os três?

Adilson – O aumento real do salário mínimo esquentará a economia e volta para o governo em forma de arrecadação, porque é gasto todo em alimentação. Na pandemia, em 2020, a queda do PIB (soma de tudo produzido no país) só não foi além dos 3,3% devido ao auxílio emergencial de R\$ 600, pago a 58 milhões de pessoas, injetando mais de R\$ 220 bilhões na economia. A previsão, inclusive do FMI, era uma queda de mais de 10%. Eu digo que salário mínimo e Bolsa Família são poupanças para o governo. A necessidade de se corrigir a Tabela do Imposto de Renda também foi discutida durante toda campanha, visando à garantia de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

HP – Como a central encara o equilíbrio nas contas do governo?

Adilson – É imperioso que a gente rompa com a lógica liberal. O mercado grita a todo instante quando o

governo decide tomar medidas de combate à desigualdade, especialmente em relação à valorização do salário mínimo e ao Bolsa Família. Mas se calam quando do Tesouro torram R\$ 800 bilhões no pagamento de juros estratosféricos.

HP – Essa pressão ajuda ou atrapalha o governo?

Adilson – Apoiamos o projeto mudancista do governo do presidente Lula, sem prescindir da autonomia, exatamente para que a gente possa exercer a pressão necessária para que esse ciclo de mudanças possa responder a toda degradação que levou ao esfacelamento da Nação. Só vamos recuperar o tempo perdido se atendermos aos anseios e às expectativas de um povo que apostou na possibilidade de um programa de reconstrução nacional. Penso que valorizar em ganho real o salário mínimo é sinalizar para um programa de desenvolvimento nacional com fortalecimento do trabalho.

HP – Mas por que o salário mínimo é tão importante?

Adilson – O salário mínimo tem uma importância fundamental para o processo de valorização do trabalho. Foi uma medida visionária do presidente Vargas, que diante de uma defasagem histórica buscou sacramentar um estado de bem-estar social na esteira das importantes medidas tomadas nas décadas 30 e 40. Teve sua definitiva consagração na Constituição de 1988, em seu artigo 7º, que define os direitos sociais, tendo como elemento substancial a política de valorização do salário mínimo que atendesse à subsistência de um pai, uma mãe e seus filhos. O tamanho do salário mínimo hoje é muito aquém do que foi concebido no seu nascedouro. É singular que a gente siga sustentando e sinalize uma perspectiva de curto prazo que retome o seu real poder de compra. Na maioria das capitais, 70% do salário mínimo é o custo da cesta básica.

HP – Qual o papel que você atribui ao movimento sindical neste momento decisivo que passa o Brasil?

Adilson – Em 7 de abril de 2022, na Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), construímos uma pau-

ta unificada. O ano 2022 despertou nossa atenção para a construção de novos caminhos, dada sua encruzilhada histórica. Conseguimos barrar a barbárie da ameaça neofascista, embora num quadro de dificuldades. O país foi submetido a uma tecnocracia de plantão para a qual o custo da Constituição não cabe no orçamento da União. Trilharam uma linha de desmonte: desconstitucionaliza-se tudo, desregulamenta-se tudo. Do Tesouro jorram R\$ 800 bilhões no pagamento de juros estratosféricos, e uma política de câmbio que destruiu a indústria nacional. Dada a vitória eleitoral, nós inauguramos um novo ciclo e as expectativas são muito grandes. O processo de mudanças vai exigir muito de nossa gente e nada mais singular que unir o povo e a nação. A centralidade da luta política passa pela luta em defesa da democracia, pela retomada do crescimento econômico, pela reindustrialização do país e pela universalização dos serviços públicos.

HP – O que a CTB propõe para os trabalhadores das plataformas digitais?

Adilson – Não é concebível que em pleno século XXI a gente se depare com um tipo de trabalho, via plataforma digital, de qualquer modo que seja, que exija jornadas de trabalho extenuantes, que estão causando morte súbita por trabalho a exaustão. A uberização, formada por um monopólio, se acha no direito de instituir o trabalho análogo à escravidão. A luz do acelerado avanço tecnológico em pleno século XXI, diante das potencialidades da indústria 4.0, inteligência artificial, 5G, o que se espera é um trabalho mais humano, que responda aos pressupostos do trabalho digno, do salário justo, da igualdade e oportunidade, da equidade, saúde e segurança. O trabalho respaldado pelas plataformas digitais precisa de regulamentação, essa gente precisa ser contida. Nós precisamos ter regra para o trabalho remoto. No sentido de humanizar o trabalho: garantia da saúde, do seguro social e dos direitos.

CARLOS PEREIRA

Centrais Sindicais defenderam aumento do salário mínimo em encontro com o presidente Lula no dia 18 de janeiro

Durante o encontro com o presidente Lula, na última quarta-feira (18), as Centrais Sindicais ressaltaram, entre os diversos pontos das reivindicações, a questão do aumento do salário mínimo como essencial para os trabalhadores.

Depois de quatro anos de arrocho, as entidades sindicais cobram uma política de valorização do salário mínimo e que ele chegue, ainda este ano, ao valor de R\$ 1.343.

Falando em nome dos sindicalistas, o presidente da CTB, Adilson Araujo, afirmou que “o salário mínimo de R\$ 1.343 importa muito para a vida de 60 milhões de brasileiros”. Para Adilson, “o debate do salário mínimo não pode ser pautado pelo ‘deus’ mercado. Quem depende do salário mínimo é quem já não consegue fazer mais o supermercado”, disse.

Segundo os cálculos das entidades, o valor de R\$ 1.343 corresponde a um reajuste de 10,53%, sendo 5,93% relativos à inflação de 2022 e outros 4,60% equivalentes ao crescimento do PIB em 2021.

Adilson tocou ainda no ponto crucial que o próprio Lula já está tendo que enfrentar dentro do próprio governo: o embate entre responsabilidade fiscal, que limita os gastos da União, ante as reais necessidades do país e da sociedade.

“Há aqueles que tentam impor um debate ‘responsabilidade fiscal contra responsabilidade social’”, disse Adilson. “A responsabilidade fiscal não pode ser o custo dos maus-tratos ao povo

pobre, ao povo indigente, ao povo que padece de insegurança alimentar, ao povo que não tem um prato de comida. O custo fiscal precisa ser um esforço combinado”, acrescentou.

Ao falar aos sindicalistas, o próprio Lula, como já havia prometido durante a campanha, defendeu a valorização do salário.

Lula lembrou que Temer e Bolsonaro “desmontaram um conjunto de direitos que a classe trabalhadora construiu” e que “a melhor forma de fazer distribuição de renda” é garantir reajustes reais para o salário mínimo. “Não adianta o PIB crescer se ele não for distribuído com o trabalhador brasileiro. O salário mínimo tem que crescer de acordo com o crescimento da economia”, afirmou.

Durante o encontro, o presidente assinou um decreto que cria um grupo de trabalho para debater e elaborar uma proposta consensual de valorização do salário mínimo. O grupo será composto por representantes do governo (como os ministérios do Trabalho, da Fazenda e da Previdência Social), do empresariado e dos trabalhadores.

Mais dois grupos de trabalho também foram criados no intuito de debater e chegar a propostas unitárias que serão levadas ao presidente. Um sobre o fortalecimento da negociação coletiva e da representatividade dos sindicatos, e outro para debater a regulamentação dos trabalhadores em plataformas digitais.



Educação anuncia reajuste de 15% para professores da educação básica

O ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou na noite desta segunda-feira (16) o reajuste do piso salarial do magistério, com um aumento de quase 15% para os docentes.

“Anuncio aos nossos professores e professoras que assinei portaria que estabelece o novo Piso Magistério 2023: R\$ 4.420,55. O piso de 2022 era R\$ 3.845,63. A valorização dos nossos profissionais da educação é fator determinante para o crescimento do nosso país”, publicou o ministro, em seu Twitter.

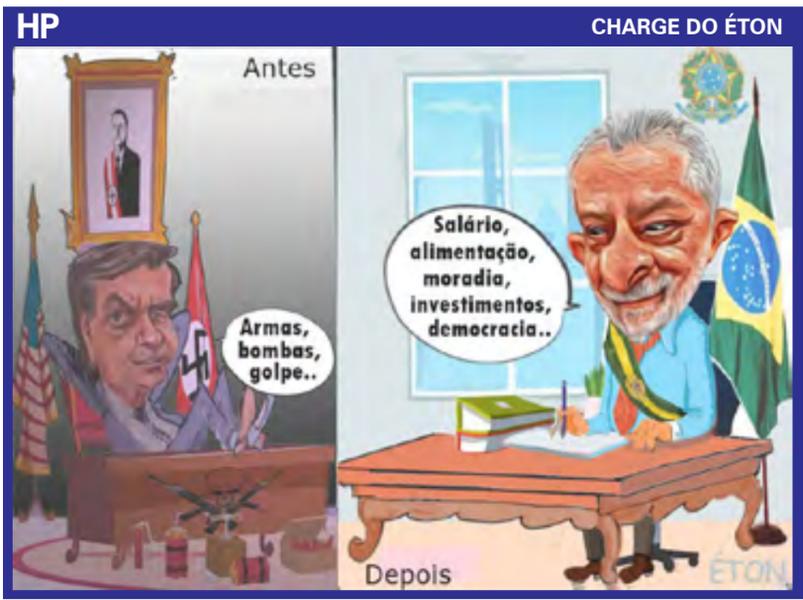
A lei do piso do magistério, determinado pela lei 11.738/2008, define que o reajuste seja regulamentado todo mês de janeiro e o percentual de aumento deve seguir o valor anual mínimo investido por aluno dos anos iniciais do fundamental urbano, definido pelo Fundeb. Neste ano, segundo portaria ministerial de dezembro do ano passado, o índice foi de 14,95%.

Na sexta-feira (13), a

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) havia cobrado o anúncio do governo. Segundo representantes da categoria, o valor deveria ser cumprido já com a publicação da portaria, mas, tradicionalmente, estados e municípios só seguem o reajuste após anúncio do MEC.

“Como nós estamos já na segunda quinzena de janeiro, precisamos ganhar agilidade em termos de anúncio para quebrar a resistência desses maus pagadores e fortalecer a luta dos nossos sindicatos”, disse o presidente da CNTE, Heleno Araujo.

Ainda que a lei venha garantindo reajustes ao piso dos professores da educação básica, os docentes da rede pública seguem entre as categorias com menor remuneração no país. De acordo com levantamento do “Tudo Pela Educação”, com base no IBGE, em 2020, os docentes ganhavam apenas 78% da média recebida por outros trabalhadores com ensino superior.





Manifestantes ocupam a capital Lima Peruanos fazem greve geral por saída da presidente Dina

Milhões de peruanos realizaram nesta quinta-feira (19) uma gigantesca “Paralisação Nacional, Cívica e Popular”, e mais de 100 mil pessoas se deslocaram do Sul para a “Tomada de Lima”, reivindicando a saída da presidente Dina Boluarte e do atual parlamento, a antecipação das eleições para 2023 e a convocação de um processo Constituinte que venha a “libertar a pátria do pesadelo fujimorista”. Todas os mineiros, camponeses, trabalhadores da indústria, do comércio e professores das escolas e universidades se somaram à greve.

Como denuncia a Assembleia Nacional dos Povos (ANP), que coordena os movimentos sociais, “é inconcebível a continuidade de um governo iniciado em 7 de dezembro, com a substituição do presidente Pedro Castillo por sua vice”, que já executou extrajudicialmente mais de 50 pessoas e feriu mais de 720 manifestantes. Tudo, como esclareceram as entidades populares, “para continuar com o parasitismo às transnacionais e à sua oligarquia associada, vinculada à mineração ilegal e ao narcotráfico”.

O coordenador da ANP e líder da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), Gerónimo López, avaliou que a greve nacional ocorre “com mobilizações pacíficas e confrontando qualquer ato de vandalismo que pretenda manchar o protesto justo e democrático dos cidadãos que chegaram à capital”.

“É inconcebível tapar o sol com a peneira. Este regime é uma ditadura em que a Polícia Nacional do Peru (PNP) e as Forças Armadas têm as armas e os manifestantes contam com suas vozes exigindo a imediata renúncia de Dina Boluarte, que perdeu toda a legitimidade para continuar com um processo de transição”, acrescentou o secretário-geral adjunto da CGTP, Gustavo Misnaya. A presidente da Federação Universitária de Cusco, Labra Panocca, denunciou a perseguição e o monitoramento das lideranças sociais de sua região e defendeu o fim da repressão aos manifestantes. A dirigente ressaltou que “agora os filhos dos camponeses podem estudar em universidades públicas e estamos cientes de que não haverá democracia em nosso país se nos calarem a boca criminalizando nossas reivindicações”. Panocca também condenou a quebra do equilíbrio entre os três poderes, e denunciou que “o Congresso não só amordaçou o Executivo, como também o Judiciário”. “Por isso, nós, nossos pais e familiares nos mobilizamos”, enfatizou.

A ANP assinala que a Constituição foi ultrajada e deformada no governo de Alberto Fujimori (1990-2000) para escancarar as portas das riquezas peruanas aos cartéis estrangeiros, permitindo a privatização/desnacionalização de setores estratégicos da economia, transferindo ao exterior qualquer possibilidade de julgamento judicial do assalto.

Incentivada pela política repressiva do primeiro-ministro Alberto Otárola, a Polícia Nacional disparou na madrugada desta quinta contra agricultores em Macusani, na região de Puno. Faleceram os membros das rondas camponesas Sonia Aguilar, de 35 anos, e Salomón Valenzuela Chua, de 60 anos, que protegiam o local de milicianos de latifundiários. Conforme o laudo médico, o “impacto de bala na cabeça” matou Sonia e a “perfuração do tórax” ceifou a vida de Salomón. Revoltada, a população incendiou a sede da PNP local.

Leia matéria na íntegra em:
www.horadopovo.com.br



Azouz presidiu a Federação Sindical Mundial Síria se despede do líder dos trabalhadores, Shaban Azouz

“Com grande pesar a Federação Sindical Mundial informa do falecimento do camarada Mohammad Shaban Azouz, que presidiu a organização”, diz comunicado da entidade.

A FSM destaca que Azouz, falecido nesta segunda-feira (16), “exerciu muitas funções em sua longa contribuição militante, foi membro do Parlamento da Síria, líder do partido Baath e presidiu a Federação Geral dos Sindicatos da Síria”.

“Mohammad Shaban Azouz foi um militante sindical que dedicou toda a sua vida à luta por melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores na Síria, no Mundo Árabe e em todo o planeta”, enfatiza o comunicado que transmite o profundo pesar a seu filho Adnan Azouz, membro do Secretariado da FSM e a toda sua família assim como aos camaradas da Federação Geral dos Sindicatos da Síria.

A direção central do Partido Árabe Socialista – Baath se uniu à Frente Nacional Progressista e à Federação Geral de Sindicatos para expressar pesar pela passagem de Azouz, aos 70 anos de idade.

Também expressaram pesar pela morte de Azouz a Confederação Sul-Africana de Sindicatos e a confederação grega PAME.

Em seu comunicado, Maria Pimentel, ex-secretária de Relações Internacionais da CGTB, que participou, ao lado de Shaban Azouz de diversos fóruns sindicais internacionais, congressos da FSM e de encontros solidários ao povo sírio quando atacado por forças comandadas pelos EUA, lamentou o falecimento do líder sindical.

Com profundo pesar e tristeza nos despedimos de nosso grande amigo e líder Mohammed Shaban Azouz, que com firmeza e dedicação liderou a Federação Geral de Sindicatos [Síria] e a luta dos trabalhadores sírios na resistência à agressão imperialista e que, nos anos mais difíceis da luta sindical e de retrocesso para os povos. Essa luta contou com toda a capacidade e energia necessárias para presidir a FSM e conduzir a luta anti-imperialista de maneira ampla e resolvida.

Na CGTB tivemos a honra de compartilhar com este grande líder internacionalista muitos dos desafios que enfrentamos nosso companheiro e irmão Azouz.

Em nome dos trabalhadores brasileiros, enviamos nossas mais sinceras condolências a todos os familiares, amigos e trabalhadores da República Árabe Síria!

Camarada Shaban Azouz Presente!

“Situação das forças de Kiev está difícil”, diz ex-assessor do Pentágono



Tanque ucraniano destruído durante a libertação de região do Donbass

Hungria veta envio de armas da União Europeia à Ucrânia

A Hungria vetou envio de recursos da União Europeia para fins militares à Ucrânia no valor de 500 milhões de euros (R\$ 2,8 bilhões), seria a sétima parcela concedida, informaram meios de comunicação da Polónia, na quinta-feira (19).

A rádio polonesa RMF FM divulgou que a UE usaria o dinheiro do mal denominado Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (EPF, na sigla em inglês), para financiar o fornecimento de armas e outros equipamentos militares à Ucrânia, como vem acontecendo desde o início da operação militar especial da Rússia no país vizinho.

No ano passado, os Estados da UE concordaram em usar o EPF para financiar parte dos suprimentos militares para a Ucrânia.

Espera-se que vários países pressionem a Hungria durante a reunião dos ministros das Relações Exteriores agendada para Bruxelas na segunda-feira (23), disse a rádio, acrescentando que o veto da Hungria “irritou” os diplomatas da UE.

O problema com que se deparam os países que estão alinhados com a política dos Estados Unidos é que o Conselho Europeu tem de votar por unanimidade relativamente a uma série de domínios políticos que os Estados-Membros consideram ser de natureza sensível. A RMF FM também informou, citando um diplomata da UE, que os Estados-membros estavam considerando a aprovação de medidas de apoio sem Budapeste, mesmo tendo que enfrentar as consequências em termos de aumento da tensão no interior do bloco.

APOSTA NO CONFLITO

“Consideramos tudo isso



“Enviar armas à Ucrânia é apostar na guerra”

como uma flagrante incitação provocativa do Ocidente e um aumento das apostas no conflito, que inevitavelmente levará a mais vítimas e a uma escalada perigosa”, assinalou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova.

Por sua vez, o representante do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que as tentativas de saturar a Ucrânia com armas não favorecem negociações e terão um impacto negativo na situação.

Uma fonte explicou que o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, tentará chegar a uma definição sobre os novos acordos militares para a Ucrânia numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE que se realizará em 23 de janeiro.

O jornal alemão Sueddeutsche Zeitung informou na quarta-feira (18), citando fontes, que Olaf Scholz, chanceler da Alemanha, declarou em uma conversa na terça-feira (17) com Joe Biden,

presidente dos EUA, que o país europeu forneceria à Ucrânia tanques Leopard 2, mas com a condição de que Washington também enviasse seus tanques Abrams, fato que não está resolvido.

Na mesma terça-feira, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que “a Ucrânia deve receber todas as armas que puder usar”.

Ela foi imediatamente rebatida por Maria Zakharova. “Von der Leyen pediu que a Ucrânia receba todas as armas que puder usar. Nucleares ou o quê?”, questionou a diplomata russa.

O Ministro das Relações Exteriores russo, Serguei Lavrov, advertiu que os países da OTAN estão “brincando com fogo” ao fornecer armas à Ucrânia.

O ministro já havia enviado uma nota aos países da OTAN observando que qualquer carga que contenha armas para a Ucrânia se tornará um alvo legítimo para a Rússia.

“Netanyahu quer tornar Israel uma ditadura de criminosos”, afirma ex-chefe do Estado Maior

Moshe Yaalon, ex-ministro da Defesa e ex-chefe do Estado Maior de Israel, falou para uma multidão de 150 mil em Tel Aviv na manifestação contra a supressão do Judiciário israelense planejada pelo atual governo e parlamentares que o apoiam.

As manifestações deste sábado (21) em Tel Aviv reuniram 150 mil; em Haifa, 10 mil e em Jerusalém, com 5 mil, superaram em número os grandes protestos da semana anterior. A revolta que toma conta de amplos setores da sociedade israelense se concentra na rejeição ao ataque de Netanyahu e seu governo que buscam, através de projeto já formalizado ao parlamento, suprimir o Poder Judiciário.

Se aprovada, a nova lei daria ao Knesset, parlamento israelense, a condição de anular qualquer resolução da Suprema Corte por uma maioria de um voto, entre outras mudanças que buscam tirar toda a força de monitoramento legal da ação governamental.

O ex-ministro da Defesa e ex-chefe do Estado Maior fez o mais contundente dos pronunciamentos ao falar para a multidão reunida na rua Kaplan, no centro de Tel Aviv.

Ele conectou o ataque ao Judiciário ao interesse do próprio premiê Bibi Netanyahu de escapar da prisão uma vez que é julgado em quatro processos



O centro de Tel Aviv tomado pelos manifestantes por corrupção ao ocupar o cargo em governos anteriores.

“Um país no qual o primeiro-ministro indica todos os juizes e é responsável por promover e destituir os tem um nome. Se chama ditadura. Quando este primeiro-ministro é também réu ao qual o Estado de Israel acusa de sérios crimes, tem um nome. Se chama uma ditadura de criminosos”, enfatizou Yaalon.

Referindo-se a um pronunciamento a pouco mais de uma semana pela presidente da Suprema Corte de Israel, Esther Hayut, que denunciou os planos de Netanyahu para arrasar o sistema jurídico do país, Yaalon acrescentou que “a presidente da Suprema Corte fez um pronunciamento que foi um alento para a atual campanha. De acordo

com o que pontuou, a cabeça do Judiciário deixou claro que a legislação criminosa que o governo de réus criminosos e seus amaldiçoados colegas criminosos estão tramando inflige um golpe mortal à democracia e faz pouco caso da Declaração de Independência através da qual o Estado de Israel foi fundado e pelo qual milhares de combatentes sacrificaram suas vidas”.

“Esta é uma legislação com uma bandeira negra sobre ela”, disse Yaalon, “legislação ilegal”.

“Os judeus pagaram um preço alto pelo fato de que através de eleições, na Alemanha, chegou ao poder um grupo que eliminou a democracia, e a primeira coisa que eliminaram foi o princípio básico da independência do Poder Judicial”, destacou o general.

Ministério da Defesa da Ucrânia envia à morte recrutas sem hesitar, para manter ininterrupto o fluxo de dinheiro e armas de Washington e Bruxelas, destaca coronel Douglas MacGregor

“As Forças Armadas da Ucrânia estão em uma situação difícil devido às ações bem-sucedidas dos militares russos no decorrer da operação militar especial”, disse o ex-assessor do chefe do Pentágono, o coronel Douglas MacGregor, em seu canal no YouTube.

“Médicos e enfermeiros ucranianos estão sobrecarregados com o número de feridos que chegam, devido à necessidade de retirá-los do campo de batalha. E há um grande número de soldados ucranianos que são forçados a vestir o uniforme militar e ir para o front com relativamente pouco treinamento. [...] Eles vão para [a linha de] frente, ficam sob fogo intenso e depois percebem que os oficiais os abandonaram”, observou o especialista, ex-assessor do Pentágono Douglas MacGregor.

De acordo com MacGregor, uma parte dos militares ucranianos se rende aos russos, alguns fogem do teatro de batalha e caem nas mãos da polícia secreta de Kiev, que não hesita em executar os desertores.

DINHEIRO DE WASHINGTON

Ele destacou que o Ministério da Defesa da Ucrânia envia à morte recrutas sem hesitar, para manter ininterrupto o fluxo de dinheiro e armas de Washington e Bruxelas. “A situação é realmente assustadora”, enfatizou MacGregor.

Na passada quinta-feira (12), as forças russas libertaram completamente a cidade de Soledar, rompendo a linha de fortificações erguida pelo regime de Kiev no Donbass nos oito anos de violação dos acordos de Minsk, sob cumplicidade de Berlim e Paris, como fizeram questão de confirmar os ex-líderes Merkel e Hollande.

FAKE NEWS DO FRONT

Em seus vídeos, MacGregor tem repellido a versão prevalecente na mídia norte-americana e apêndices de que é a Ucrânia que “está vencendo” e em dezembro, em artigo na revista American Conservative, ele se referiu à badalada entrevista do chefe militar ucraniano, general Valery Zaluzhny, em que este pede “300 novos tanques, 600 a 700 novos veículos de combate de infantaria e 500 novos obuses”.

Nesse período, veio a público, nas redes sociais, a indiscrição da presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula von der Leyen, sobre “100 mil” baixas no exército.

“O general Zaluzhny não está pedindo ajuda”, ele está “pedindo um novo exército”, afirmou MacGregor advertindo de que é aí que reside “o maior perigo” para Washington e a OTAN.

No American Conservative, MacGregor traçou um paralelo histórico entre as atuais declarações de líderes norte-americanos e europeus sobre que a Ucrânia – isto é, o regime instalado em Kiev em 2014 por um golpe de Estado aqulado pelos EUA – “tem que vencer” e declarações análogas do então secretário de Estado, Dean Rusk, sobre o Vietnã: “não sairemos até que a guerra até que a guerra esteja vencida”.

AUTOILUSÃO

“Quando as coisas vão

mal para a política externa de Washington, os verdadeiros crentes na grande causa sempre se alimentam profundamente do poço da autoilusão ideológica para se prepararem para a batalha final”, assinalou MacGregor. Ele alertou que “Blinken, Klain, Austin e o resto do grupo de guerra continuam a prometer apoio eterno a Kiev, independentemente do custo”.

Como os “melhores e mais brilhantes” da década de 1960 – destacou o ex-assessor sênior do Pentágono – “eles estão ansiosos para sacrificar o realismo ao pensamento positivo, para chafurdar na publicidade e autopromoção em uma visita pública à Ucrânia após a outra”.

APOIO DE BIDEN À GUERRA

“Esse espetáculo lembra assustadoramente os eventos de mais de 50 anos atrás, quando a guerra por procuração de Washington no Vietnã estava fracassando. Os que duvidavam da sabedoria do governo Johnson sobre a sabedoria de intervir no local para resgatar Saigon da destruição certa se esconderam. Em 1963, Washington já tinha 16.000 conselheiros militares no Vietnã. A ideia de que Washington estava apoiando um governo no Vietnã do Sul que poderia não vencer o Vietnã do Norte foi descartada de imediato. O secretário de Estado, Dean Rusk, disse: “Não sairemos até que a guerra esteja ganha”.

“Na primavera de 1965, os conselheiros militares americanos já estavam morrendo”, assinalou MacGregor.

“O apoio incondicional do governo Biden ao regime de Zelensky em Kiev está atingindo um ponto de inflexão estratégico não muito diferente daquele alcançado por LBJ em 1965. Assim como Lyndon Baines Johnson repetidamente determinou em 1964 que a paz e a segurança no Sudeste Asiático eram um interesse estratégico vital dos EUA, o governo Biden está fazendo um argumento semelhante agora para a Ucrânia. Como o Vietnã do Sul na década de 1960, a Ucrânia está perdendo sua guerra com a Rússia”.

OTAN CRIOU A TRAGÉDIA

No artigo, MacGregor sublinhou que o conflito na Ucrânia “é uma ampliação da tragédia humana que a expansão da Otan para o leste criou. As vítimas não vivem na América do Norte. Eles vivem em uma região que a maioria dos americanos não consegue encontrar no mapa”. Ele instou Washington a mudar de curso e a exortar o regime de Kiev a “parar”.

Em artigo de março passado, com cerca de um mês de conflito aberto, o ex-alto assessor do Pentágono havia registrado que em sua primeira ofensiva “a Rússia tem surpreendentemente causado muito menos danos do que infligimos ao Iraque quando entramos nele, seja em 1991 e novamente em 2003”.

Enfim, mesmo com suas tropas em situação cada dia mais difícil no Donbass, o Ministério da Defesa da Ucrânia envia à morte recrutas sem hesitar, para manter ininterrupto o fluxo de dinheiro e armas de Washington e Bruxelas, destaca o coronel MacGregor.

África do Sul repele ameaça dos EUA de retaliar países por comercializar com Rússia

A ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Naledi Pandor, alertou na terça-feira (17) que o Congresso dos Estados Unidos planeja impor uma lei extraterritorial que visa punir com sanções países do continente africano que fazem comércio com a Rússia, medida que qualificou de “inaceitável”.

“Acho que esse projeto de lei deveria ser retirado porque é absolutamente infundado, é contrário ao direito internacional, inaceitável, e deixamos isso claro para nossos colegas nos Estados Unidos”, afirmou a ministra, em entrevista a Sputnik.

Naledi acrescentou que chanceleres sul-africanos se reuniram com o autor do projeto original e apontaram violações na proposta.

“Indicamos a ofensa que consideramos essa proposta de legislação em particular. Continuaremos a defender que esse projeto de lei seja rasgado e não prossiga para nenhum estágio formal”, informou a ministra.

Intitulado “Lei de Combate a Atividades Malignas da Rússia na África”, o projeto foi apresentado ao congresso americano em abril de 2022 pelo deputado democrata Gregory Meeks, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes. O texto foi aprovado pelos deputados em maio, e atualmente aguarda votação no Senado.

Se aprovado no Senado, o projeto de lei instruirá o secretário de Estado dos EUA a criar uma estratégia para combater a influência russa na África e punir governos africanos que fechem parcerias com Moscou por meio de sanções e outras restrições.

UM PAÍS SOBERANO

Em setembro de 2022, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, já havia criticado o projeto em uma reunião com o presidente dos EUA, Joe Biden.

Na ocasião dessa viagem oficial a Washington, Ramaphosa afirmou que o projeto “pune países do continente africano pelos esforços para promover o desenvolvimento e o crescimento”.

“Os Estados Unidos e a Rússia são parceiros estratégicos para a África do Sul, um país soberano que busca uma política externa independente”, sublinhou o presidente sul-africano.

Ramaphosa não é o único líder do continente africano a condenar o projeto de lei.

Em agosto de 2022, durante 42ª cúpula da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, foi assinado um comunicado conjunto no qual líderes expressaram “repúdio pelo fato do continente ser alvo de medidas unilaterais e punitivas por meio da Lei de Combate a Atividades Malignas da Rússia na África”.

Integram a SADC Angola, Moçambique, Botswana, Comores, RD do Congo, Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Maláui, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Dois milhões nas ruas dizem não ao ataque de Macron à Previdência



A maior concentração ocorreu em Paris com 400 mil nas ruas (Alain Jocrad-AFP)

China supera EUA em produção de pesquisa sobre Inteligência Artificial, afirma estudo

A China está à frente em artigos de pesquisa de inteligência artificial (IA), superando os EUA em quantidade e qualidade, aponta estudo do portal Nikkei.

De acordo com o portal japonês, em uma análise que contou com o trabalho da editora científica holandesa Elsevier, os estudos de pesquisadores chineses estão ganhando mais representatividade em um setor antes dominado por norte-americanos. Ainda segundo o Nikkei, as empresas Tencent, Alibaba e Huawei, no campo da IA, superam gigantes do Vale do Silício.

O levantamento mostra que o número de artigos sobre IA explodiu de 25 mil em 2012 para cerca de 135 mil em 2021, o que reflete o aparecimento das tecnologias que usam IA na sociedade.

A China sempre esteve no topo em termos de volume de artigos científicos, mostra o estudo. Em 2021, os pesquisadores chineses produziram 43 mil artigos sobre o tema, quase o dobro dos EUA.

O estudo também avaliou a qualidade das pesquisas, usando como critério o número de artigos que estavam entre os 10% mais citados em outras publicações acadêmicas.

Em 2012, os EUA lideravam,



China estimula o avanço no domínio da Inteligência Artificial também através de encontros e feiras (AFP)

com 629 desses artigos, com a China em segundo lugar, com 425. Desde 2019, a China ultrapassou os EUA.

Em 2021, cientistas chineses foram responsáveis por 7.401 dos artigos mais citados, superando em 70% a contagem norte-americana.

A China está pronta para manter, e quem sabe, ultrapassar esse ímpeto. Sob um plano de domínio da tecnologia de ponta de 2017, Pequim visa desenvolver IA de próxima geração e se tornar o principal centro de inovação de IA

do mundo até 2030.

Meta que tem na Academia Chinesa de Ciências, principal instituição científica do país, e em particular na Universidade Tsinghua, universidade pública de pesquisa em Pequim, importantes fontes dessa produção acadêmica sobre IA.

A necessidade de acelerar a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de ponta, incluindo IA, foi enfatizada entre as prioridades econômicas de 2023 delineadas pelo presidente da China, Xi Jinping.

Proposta de reajuste de 4% diante de uma inflação de 10,7% leva maquinistas ingleses a manter greve

Os maquinistas dos trens ingleses entrarão em greve entre os dias 1 e 3 de fevereiro, depois que o sindicato ASLEF – que os agrupa – rejeitou uma oferta de reajuste salarial de 4% das empresas ferroviárias. A medida deve interromper a maioria dos serviços ferroviários de 14 empresas operadoras, incluindo rotas intermunicipais e suburbanas.

O secretário-geral do sindicato, Mick Whelan, afirmou na quarta-feira (18) que a proposta salarial “não é aceitável”, ao mesmo tempo em que garantiu que os trabalhadores continuam “dispostos a fazer mais negociações com as empresas operadoras de trens” a fim de chegar a uma solução para a disputa, mas não tem como “sequer pensar em uma proposta vergonhosa como essa”.

Whelan já havia alertado que havia “chance zero” de seus membros concordarem com um acordo abaixo da inflação e que piorava seus termos.

A taxa de inflação interanual no Reino Unido situou-se em 10,7% em novembro último, o que representa o maior aumento de preços desde 1981, informou o Gabinete Nacional de Estatísticas Britânico (ONS).

O dirigente sindical salientou que “agora está claro para os nossos filiados e para o público que nunca se tratou de uma reforma ou modernização que pretendiam fazer,



Ferrovários ingleses continuam luta pelo reajuste

mas sim de uma tentativa de obter milhões de libras de produtividade por meio de cortes salariais, que já atingem mais de 20%, roubando ao sindicato qualquer esperança de ter uma palavra a dizer no futuro”.

Denunciou, por outro lado, que os trabalhadores “dessas empresas não têm aumento desde 2019, apesar da vertiginosa inflação, e é tempo das empresas, talvez incentivadas pelo Governo, sentarem-se conosco e levarem a questão a sério”.

Entre as empresas ferroviárias que serão afetadas pelas paralisações estão, entre outras, Avanti West Coast, Chiltern Railways, CrossCountry,

East Midlands Railway ou Great Western Railway.

Com o Reino Unido enfrentando seu período mais sério de mobilização trabalhista em décadas, professores e 100.000 outros funcionários do setor público, incluindo as equipes de fiscalização de fronteira, também devem entrar em paralisação em 1º de fevereiro por causa de disputas salariais.

Os funcionários ferroviários têm entrado em greve regularmente desde o verão passado, em busca de melhores salários para lidar com o aumento dos preços. Sua última greve durante o feriado de Natal impactou as vendas em empresas do setor de hotelaria e turismo.

Os protestos contra o aumento da idade para aposentadoria se estenderam por todo o país. Serviços de trem, escolas e voos também pararam

Dois milhões de manifestantes foram às ruas da França na quinta-feira (19) para repelir a famigerada “reforma da previdência” do presidente Emmanuel Macron e, em especial, o aumento da idade mínima para aposentadoria em mais dois anos. “64 anos é não!”

“Uma maré humana contra uma política regressiva”, assinalou o jornal Le Monde, descrevendo a resposta massiva à convocação unitária das oito centrais sindicais, que recebeu o apoio da maioria da oposição e dos estudantes.

Em Paris, 400 mil pessoas marcharam da Praça da República até a Praça da Nação, passando pela Bastilha, para dar um rotundo “não” ao esbulho anunciado. Em Marselha, foram 150 mil.

Os protestos se estenderam a 200 cidades por todo o país – de Nice a Estrasburgo, de Lyon a Callais, Nantes, Toulouse, Rennes e Bordeaux. Serviços de trem, escolas, voos e dezenas de empresas na França foram interrompidos na quinta-feira.

Também chamou a atenção que as manifestações nas pequenas cidades “lotaram, como não se via há muito tempo”. Como desabafou uma manifestante, “fomos atingidos pela Covid, a guerra e a inflação. E o que o governo está fazendo? Ele ataca, ele continua atacando”. Declaração que expressa de forma sensível a perplexidade diante dos rumos seguidos pelo governo Macron.

Da Espanha, onde se encontrava em visita oficial, Macron asseverou a jornalistas que seu arrocho sobre os sexagenários era “justo e responsável”.

Na multidão em Paris, muitos estudantes que cantavam “a juventude está protestando/ Macron, você está acabado”. Nos professores, a adesão à paralisação chegou a 70%, segundo os sindicatos. Entre os ferroviários, a participação variou de 77% entre os maquinistas de trem a 50% entre o pessoal do controle. Não houve tráfego no porto de Calais, o primeiro da França para viajantes, devido a uma greve dos portuários. A administração da EDF [energia elétrica] estimou em quase 45% os grevistas. Também pararam refinarias da Total e vários depósitos de combustível. Metrô e trens sofreram uma drástica redução nas operações. 20% dos voos que partiam do Aeroporto de Orly foram cancelados. Monumentos como a Torre Eiffel e o Palácio de Versalhes também foram afetados.

COMPLETO ACINTE

“Querem cortar os valores dos benefícios e aumentar para 64 anos a idade mínima para a aposentadoria integral, dois anos a mais do que está em vigor atualmente, o que é um completo acinte”, sublinhou o secretário-geral da CGT, Philippe Martinez.

A “reforma” de Macron também estende para 43 anos o tempo de contribuição. De acordo com várias pesquisas, incluindo uma realizada pelo Instituto Montaigne, os franceses se opõem de forma esmagadora à mudança da atual idade mínima de aposentadoria (62 anos).

O leque dos partidos que se opõem à “reforma Macron” vai do França Insubmissa, Partido Comunista Francês, socialistas e verdes, ao Reunião Nacional de madame Le Pen e ao pequeno Patriotas, de Florian Philipot.

Macron já havia tentado impor sua “reforma” em 2019, enfrentando enorme oposição dos trabalhadores, recuou provisoriamente por ocasião da pandemia e voltou à carga agora.

Está marcada para a próxima segunda-feira (23) reunião do Conselho de Ministros para formalização da reforma, para em uma semana ser levada à votação em comissão na Assembleia francesa e, nos planos de Macron, levar o esbulho ao plenário a partir de 6 de fevereiro.

Por essa razão, em reunião das oito centrais (CGT, CFDT, FO, CFE-CGC, CFTC,

UNSA, Solidaires, FSU) logo após o dia de manifestações, foi aprovada nova jornada nacional no dia 31 para barrar a “reforma Macron”.

Sindicatos preparam greves setoriais já para a próxima semana, assim como atos de repúdio. A reforma previdenciária “canaliza todo o descontentamento” da França, assinalou Martinez, da CGT.

A última vez que todas as centrais francesas haviam atingido esse grau de unidade havia sido em 2010. “Nada justifica uma reforma tão brutal”, afirmou Laurent Berger, líder da moderada CFDT. Ele acrescentou que a reforma é “injusta para com os trabalhadores mais precários” e instou o governo a recuar.

AMPLA FRENTE

“Se o governo acha que sua reforma é justa, que faça um referendo! Emmanuel Macron deve suspender esta reforma”, conclamou o secretário nacional do Partido Comunista, Fabien Roussel, na manifestação em Paris.

Em Marselha, o líder da França Insubmissa e ex-candidato a presidente, Jean-Luc Mélenchon, assinalou que as centrais sindicais fizeram “uma demonstração impressionante de apoio popular” e que Macron perdeu o “primeiro turno” desse enfrentamento.

“Já existe uma batalha perdida pelo governo [...], a de convencer as pessoas”, apontou Mélenchon. “Esta reforma não faz sentido” e Macron “tem de parar, esta queda de braço não serve para nada”.

No passado – ele acrescentou – “havia sempre uma dúvida, de que o sistema [de aposentadorias] está em perigo”. Agora, as pessoas sabem que estão a lhes mentir, “que não é verdade, que vão adiar um pouco de vida delas para dar a outros, os que estão se empanturrando”.

Mélenchon ironizou também que os membros do governo Macron “não sabem o que vai acontecer depois de amanhã e afirmam saber o que vai acontecer daqui a 10 anos”.

REFORMA REJEITADA

A reforma da previdência “é rejeitada por uma maioria muito grande dos franceses e por quase todos os trabalhadores” e deve ser “pura e simplesmente cancelada”, afirmou a líder do RN, Marine Le Pen, no Twitter. Ela instou Macron a “mudar de opinião, nunca é tarde para ouvir a vontade dos franceses”.

A prefeita socialista de Paris, Anne Hidalgo também chamou “a dizer NÃO a esta ‘reforma’ brutal e injusta que atinge os mais frágeis, aqueles que trabalham arduamente. Com os sindicatos para defender nosso modelo social, mais uma vez ameaçado”.

Philipot, por sua vez, denunciou que reforma da previdência é uma política brutal ordenada pela União Europeia, em contraposição às alegações do macronismo de que os franceses têm que se “equiparar” a outros europeus que já estão mais arrojados na hora de se aposentarem.

Em 1995, uma gigantesca onda de manifestações que praticamente parou a França jogou na lata do lixo a primeira tentativa de “reforma da presidência”, durante a presidência de Jacques Chirac, e levou à renúncia do primeiro-ministro Alain Juppé.

Em documento, a principal central sindical francesa, a CGT, contestou as alegações de Macron sobre a malsinada “reforma”. “Para financiar pensões e aposentadorias melhores aos 60 anos, existem soluções. Aumentar salários, criar empregos, tributar dividendos, garantir igualdade salarial, jornada de 32 horas. O governo se recusa a debatê-lo”.

“Mesmo que se comprovasse o cenário de déficit de 12 bilhões de euros em 2027 adotado pelo governo, bastaria um aumento de 0,8 ponto de contribuição para preenchê-lo”.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Bolívia prioriza mercado interno e o presidente Luis Arce comemora crescimento

“Diante de uma desaceleração econômica global, nossa economia boliviana está se fortalecendo. Em 2022, a arrecadação tributária do mercado interno cresceu 17%, em relação a 2021, atingindo 32,239 bilhões de bolivianos (US\$ 4,66 bilhões). Com trabalho e esforço, a Bolívia volta ao caminho do crescimento”, comemorou o presidente Luis Arce pelas redes sociais nesta terça-feira (17).

Conforme o Ministério da Economia e Finanças Públicas, como a arrecadação de impostos se destina a cobrir todas as responsabilidades do governo central e as necessidades de gastos dos municípios, províncias e universidades públicas, o aumento no aporte está sendo traduzido em avanços na melhoria de vida da população.

O expressivo crescimento deste indicador, com pouco mais de dois anos da retomada de governo pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), é mais um sinal de que a economia boliviana continua dinâmica em função das políticas de reconstrução apontadas pelo Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo (MESCP), que rompe com a lógica do neoliberalismo, de submissão às transnacionais e ao mercado financeiro.

O presidente estampou as diferenças abissais entre o vigente em seu governo, assim como no de Evo Morales, de quem foi ministro da Economia. São governos que priorizam o desenvolvimento e a geração de renda, em contraposição aos trágicos anos de Jeanine Áñez, guiado por uma lógica voltada ao mercado

externo e à entrega dos recursos bolivianos.

Como faz questão de esclarecer Arce, a camisa-de-força da dependência impõe sempre um modelo primário-exportador, guiado pelo lema “Exportar ou morrer”. “Esse é o jargão típico dos políticos que implantaram o modelo neoliberal em nosso país e nós dizemos o contrário: tem que ser um país assentado em um modelo industrializador e que vá em busca do fortalecimento do mercado interno”, acrescentou.

“O mercado interno somos nós. Quem é mais interessado do que nós em melhorar nosso consumo e nossa qualidade de vida? Não há outros mais interessados do que nós mesmos e por isso apontamos que em nosso modelo tem que haver, necessariamente, a participação do consumidor nacional e da industrialização”, sintetizou.

LÍTI

Uma das demonstrações deste avanço, exemplificou o presidente, é a aceleração na reativação da industrialização do lítio e a construção e pronta entrada em operação da Planta Industrial de Carbonato de Lítio. Daí a razão de que em 2022 o país sul-americano ter alcançado um “recorde histórico” de receitas, que chegaram a 555 milhões de bolivianos (mais de US\$ 80 milhões), com a venda de carbonato de lítio e cloreto de potássio.

Entre outras propriedades, o lítio apresenta diversos tipos de uso. É utilizado desde aplicações industriais como baterias, formação de ligas metálicas e fabricação de cerâmicas e vidros com alta resistência ao calor até a produção de medicamentos e marcadores cardíacos.

Francesco Rosi, il cittadino

Il maestro del cinema verità (o mestre do cinema verdade), como é conhecido na Itália, foi pioneiro no cinema político e de investigação naquele país, onde esse movimento atingiu seu auge. Rosi morreu aos 92 anos. Acompanhou quase um século da história mundial e relatou parte disso em suas obras, algumas das quais poderão ser vistas durante o ano de 2023, na 8ª Mostra Permanente de Cinema Italiano no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, localizado no bairro do Bixiga, em São Paulo

LUÍSA LOPES

O cineasta Francesco Rosi completou seu centenário em 15 de novembro de 2022. Falecido em 2015, Rosi deixou em suas obras aquilo que desejou conscientemente: seu compromisso com a verdade e com a construção da democracia em um país que acabara de ser libertado do fascismo.

Para as gerações futuras, ficou um registro sobre a complexa história italiana do pós-guerra e uma análise sobre como a corrupção se estruturou no poder político, sujeito a interesses estrangeiros, e o relacionamento intrínseco entre a política, a Máfia, a Igreja e as forças militares. Ao invés de tecer julgamentos, Rosi preferiu deixar que os fatos retratados falassem, oferecendo em suas obras uma vasta pesquisa sobre alguns dos maiores eventos políticos de sua época. E declarou algumas vezes: “o cinema mostrava vinte, trinta anos antes, o que só pudemos provar depois”.

O surgimento do cinema político geralmente é atribuído aos franceses na segunda metade da década de 60, junto ao fervor que culminou no Maio de 68 e que se estabeleceu como um movimento cultural e ideológico que se espalhou pelo mundo. Alguns anos antes, porém, Francesco Rosi delimitava as bases deste estilo cinematográfico. Il maestro del cinema verità (o mestre do cinema verdade), como é conhecido na Itália, foi pioneiro no cinema político e de investigação naquele país, onde esse movimento atingiu seu auge. Curioso notar que lá o cinema político é também conhecido como cinema de impegno civile (cinema de compromisso civil), termo que, por si só, desafiou aqueles que preferiam excluir as massas das decisões políticas. Para Rosi, ser um cidadão significava tomar parte ativa na sociedade, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional.

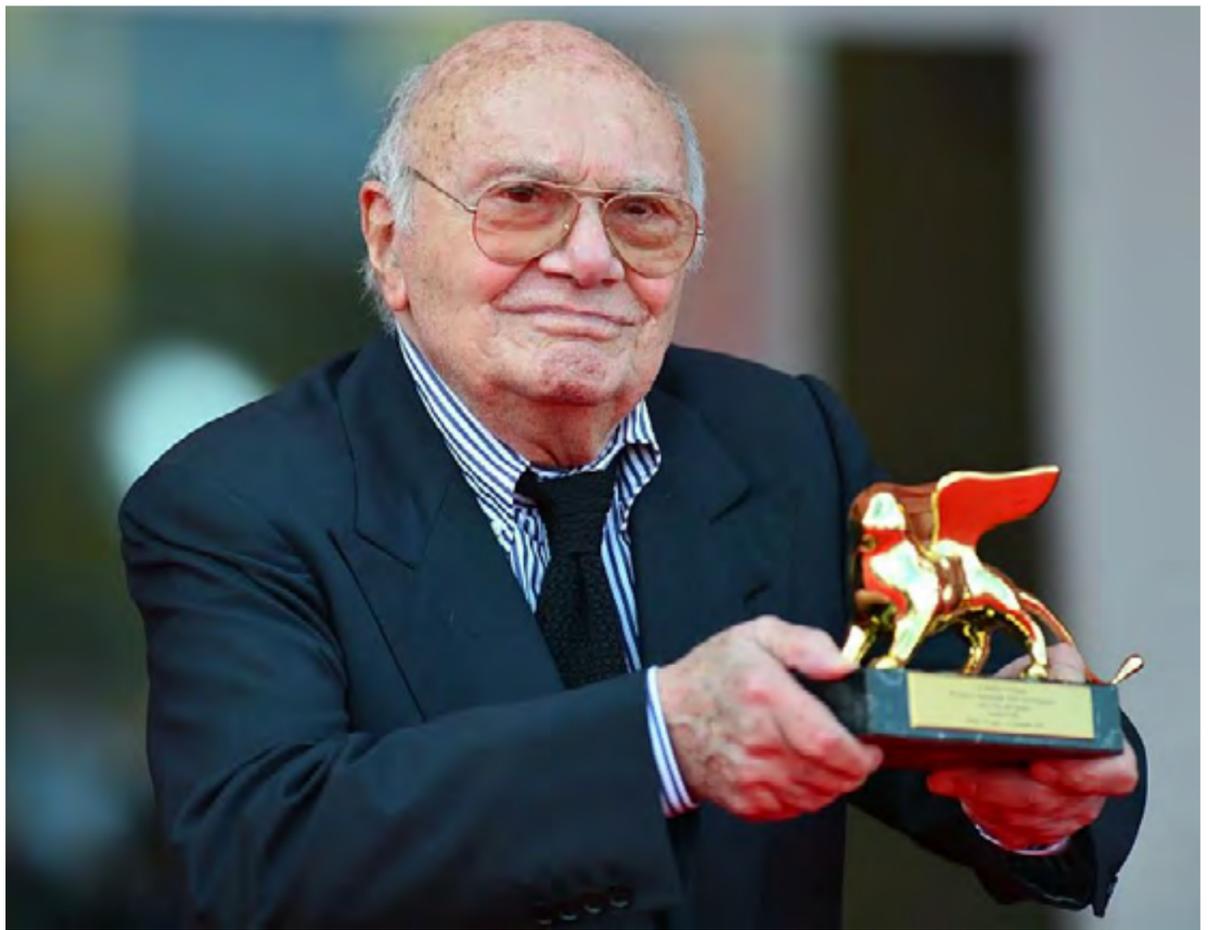
Ao final da 2ª Guerra Mundial, Rosi trabalhou como assistente teatral e jornalista. Depois foi assistente de direção de Luchino Visconti em “A Terra Trema” (1948). Aprendeu sobre cinema com ele e outros mestres como Vittorio de Sica, Roberto Rossellini, Luigi Zampa e tantos outros. Trouxe do neorealismo a ideia de deixar os fatos falarem e a noção do cinema (e da vida) como compromisso civil na reconstrução de um país devastado pela guerra. Em depoimento para o livro “Anni Fuggenti – Il



Romanzo del Cinema Italiano”, de Silvio Danese, declarou: “...E, no meu caso, há a descoberta de Francesco De Sanctis, que numa recomendação aos jovens escreveu que a vida é uma missão, que se deve vivê-la conscientemente para alcançar a arte, a ciência e a moral, em suma o que é lindo, bom e certo.

É assim que, após dois filmes nos quais já evidência a questão social, o cineasta filma “O Bandido Giuliano” (1962), síntese absoluta do cinema de compromisso civil. Com as complexidades de uma obra que tenta explicar um evento até hoje não solucionado, Francesco Rosi aprofunda o caso do massacre de Portella della Ginestra, no qual 11 pessoas morreram em uma comemoração do Partido Comunista e do Partido Socialista italianos, pela vitória nas últimas eleições regionais. Mas não é só isso: ao fim da guerra, a Sicília está passando por um conflito separatista, apoiado pelos Estados Unidos. O exército separatista (EVIS) toma a decisão de incluir em suas fileiras bandidos locais – entre eles, Salvatore Giuliano e seu grupo, especializados em sequestro e contrabando. Há também o fortalecimento da Máfia na região, apoiado pelos americanos desde o fim da Segunda Guerra, e também seu relacionamento estreito com a polícia e com o Exército italianos. Um filme difícil, mas a história italiana também o é.

Os mandantes e motivos do massacre de Portella della Ginestra, bem como dos ataques posteriores às sedes dos partidos de esquerda, até hoje não foram bem explicados. Ganador do Urso de Ouro no Festival de Berlim, o filme foi excluído do Festival de Veneza daquele ano com a justificativa de que a obra era um documentário. Em entrevista para Francesca Angiolillo, da Folha de S. Paulo, o cineasta disse: “Acho que foi uma desculpa para não lidar com um filme incômodo. Quando meu filme saiu, quase não se falava da Máfia. Não se havia ainda, no cinema, falado abertamente da cumplicidade entre Máfia e instituições”. “O Bandido Giuliano” quebrou



uma regra do silêncio e incomodou.

Em depoimento para o livro Non Riconciliati. Política e Società nel Cinema Italiano dal Neorealismo a Oggi, de Maurizio Fantoni Minnella, declara também:

“Em minha opinião, nossa geração denunciou tanto, que a denúncia pode até assumir o valor de um álibi no qual esconder-se. De minha parte, nunca me afastei e assumi minhas responsabilidades. Sempre. (...) É indispensável refletir a respeito dos motivos que levaram o país a essa crise profunda. E um homem que faz cinema deve estar ciente de que um filme continua a ser um testemunho do momento histórico no qual foi realizado. Também deve estar ciente da responsabilidade de que esse testemunho representa num momento confuso como o que estamos atravessando. Por esta razão, aqueles que expressam a cultura devem esforçar-se para ser o mais claro possível, mesmo arriscando a simplificação de um discurso que, pelo contrário – sa-

bemos -, é terrivelmente complicado”.

Ao todo, Francesco Rosi dirigiu 19 obras, a maioria convergindo com seu comprometimento em se posicionar nos assuntos incômodos. Exemplos disso são “As Mãos Sobre a Cidade” (1963), sobre a feroz exploração imobiliária em Nápoles, “O Caso Mattei” (1972), que investiga a morte de Enrico Mattei – presidente da estatal de petróleo e gás que confronta o cartel das “Sete Irmãs” em países africanos e do Oriente Médio – e “Cadáveres ilustres” (1976), baseado no romance “Il Contesto”, de Leonardo Sciascia, que retrata os “anos de chumbo” italianos, a relação entre o poder e o crime e a inércia do Partido Comunista Italiano, em um dos momentos mais violentos da história do país.

Foi também um amante do teatro, da ópera, musicais e literatura. Demonstrou isso em “Carmem” (1984) e “Felizes Para Sempre” (1967), com Sophia Loren e Omar Sharif. Na entrevista à Folha, ao ser perguntado como este último filme se en-

No alto, Francesco Rosi, com o Leão de Ouro do Festival de Veneza, prêmio que recebeu em 1963 por “As mãos sobre a cidade”. Abaixo, “O bandido Giuliano”, do diretor, filme de abertura da 8ª Mostra Permanente de Cinema Italiano de 2023, no dia 30/01. A Mostra, uma iniciativa da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo), acontece sempre às segundas-feiras e com entrada gratuita

caixa no conjunto da sua obra, respondeu: “É uma fábula napolitana, mas seu autor, dos anos 1600, Giovanni Battista Basile, escreveu fábulas realistas. Enquanto as fábulas nórdicas levam a uma evasão da realidade, cheias de gnomos, elfos, nas fábulas meridionais, o máximo com que se sonha é um belo prato de comida, um almoço: são sonhos terrenos.”

Declarou também ser muito interessado na cultura latino-americana, trazendo ao cinema sua montagem do romance “Crônica de Uma Morte Anunciada” (1987), de Gabriel Garcia Marquez. Também tinha intenção de

fazer um filme sobre a revolução cubana, chegando a ir até Cuba e conversar com Fidel Castro. Mas o filme nunca sairia do papel.

Francesco Rosi morreu aos 92 anos. Acompanhou quase um século da história mundial e relatou parte disso em suas obras, algumas das quais poderão ser vistas durante o ano de 2023, na 8ª Mostra Permanente de Cinema Italiano no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, localizado no bairro do Bixiga. Sempre às segundas-feiras e com entrada gratuita, a Mostra é iniciativa da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo).